

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO 70 DA SUMOC PARA O  
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO DURANTE O SEGUNDO  
GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

ALEXANDRE SILVA MARKOSKI  
Matrícula nº 105043672

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

DEZEMBRO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO 70 DA SUMOC PARA O  
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO DURANTE O SEGUNDO  
GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

ALEXANDRE SILVA MARKOSKI

Matrícula nº 105043672

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

DEZEMBRO 2009

***As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do (a) autor (a)***

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I- A CRIAÇÃO DA SUMOC (1945) E SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES NO GOVERNO DUTRA .....</b>	<b>6</b>
I.1- A CRIAÇÃO DA SUMOC (1945).....	6
I.2- AS DUAS FASES DO GOVERNO DUTRA.....	8
I.3- O FRACASSO DO LIBERALISMO .....	11
I.4- A RETOMADA DO INTERVENCIONISMO.....	13
<b>CAPÍTULO II- A INSTITUIÇÃO DA INSTRUÇÃO 70 DA SUMOC NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954) .....</b>	<b>21</b>
I.1- RETOMADA DO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO.....	21
I.2- UNIÃO ENTRE ESTADO E INDUSTRIAIS.....	24
I.3- VISÃO HISTÓRICO COMPARATIVA.....	25
I.4- DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PELA POLÍTICA CAMBIAL.....	26
I.5- INDUSTRIAIS INSATISFEITOS.....	28
I.6- CRISE CAMBIAL DE 1953 .....	33
I.7- INSTRUÇÃO 70 DA SUMOC.....	36
<b>CAPÍTULO 3- OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO 70 PARA O DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIAS ESPECÍFICAS NO BRASIL .....</b>	<b>40</b>
I.1- A INDÚSTRIA NO INÍCIO DOS ANOS 50 .....	40
I.2- CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES .....	41
I.3- A INDÚSTRIA DO AÇO.....	42
I.4- A INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO .....	49
I.5- A INDÚSTRIA DO PAPEL .....	54
I.6- PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS .....	59
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>69</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

IMPORTAÇÃO FERRO .....	43
IMPORTAÇÃO COQUE .....	44
IMPORTAÇÃO ZINCO.....	44
PRODUÇÃO DE FERRO GUSA .....	45
PRODUÇÃO DE LINGOTES.....	46
PRODUÇÃO CHAPAS FINAS A QUENTE .....	46
PRODUÇÃO FOLHAS DE FLANDRES.....	47
IMPORTAÇÃO MÁQUINAS APARELHOS METAIS .....	48
IMPORTAÇÃO MÁQUINAS FERRAMENTAS .....	48
IMPORTAÇÃO FERRAMENTAS UTENSÍLIOS MÁQUINAS.....	49
IMPORTAÇÃO SODA CAÚSTICA .....	50
IMPORTAÇÃO ÓLEO COMBUSTÍVEL.....	51
CONSUMO INDUSTRIAL ENERGIA ELÉTRICA .....	52
IMPORTAÇÃO COBRE ELETROLÍTICO.....	53
PRODUÇÃO ALUMÍNIO.....	54
IMPORTAÇÃO CELULOSE .....	55
IMPORTAÇÃO ENXOFRE .....	56
IMPORTAÇÃO GERADORES MÁQUINAS À VAPOR.....	56
IMPORTAÇÃO BARRILHA .....	57
PRODUÇÃO PAPEL PARA ESCREVER .....	58
PRODUÇÃO PAPEL PARA EMBALAGEM.....	59
IMPORTAÇÃO MÁQUINAS CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.....	60
IMPORTAÇÃO ÓLEO LUBRIFICANTE.....	60
IMPORTAÇÃO ASFALTO .....	61
IMPORTAÇÃO QUEROSENE .....	62
EXTENSÃO RODOVIAS FEDERAIS .....	63

## ÍNDICE DE TABELAS

BALANÇO DE PAGAMENTOS 1946/47 .....	11
BALANÇO DE PAGAMENTOS 1947/48.....	17

## INTRODUÇÃO

O início dos anos 50 foi marcado pelo retorno de Getúlio Vargas ao poder e retomada de seu projeto nacional desenvolvimentista. Principalmente com relação ao desenvolvimento industrial ainda pequeno no Brasil, além de muito dependente da importação de insumos e bens de capital.

A Crise de 1953 no Brasil consistiu num período de escassez de divisas cambiais impossibilitando a importação de máquinas e matérias-primas indispensáveis para a manutenção da produção industrial brasileira.

Com o intuito de solucionar esse problema e dar um maior estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira, foram feitas mudanças significativas no sistema cambial brasileiro, através da Instrução 70 da SUMOC.

Nesse sentido, a política cambial da SUMOC, através da Instrução 70, funcionou como instrumento eficiente para o desenvolvimento industrial nacional durante o Segundo Governo Vargas (1951-54).

O objetivo deste trabalho é evidenciar os efeitos positivos da Instrução 70 sobre um ou mais setores da indústria brasileira durante o último ano do Segundo Governo Vargas. A implementação efetiva desta a partir do início de 1954, como resposta imediata à Crise de 1953, gerou impactos significativos no desempenho de determinadas indústrias brasileiras porque barateou os insumos e bens de capital importados e proporcionou também o aumento da produção em função da maior utilização de matérias – primas e máquinas.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a criação da SUMOC e suas principais atribuições no Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) caracterizado por duas fases de política econômica (liberal e restritiva) e pela criação do sistema de licença prévia. O segundo capítulo trata da instituição da Instrução 70 da SUMOC como instrumento de política cambial utilizado pelo Segundo Governo Vargas (1951-1954) para estimular o desenvolvimento industrial brasileiro. O terceiro capítulo disserta sobre os benefícios proporcionados pela Instrução 70 para o desenvolvimento de indústrias específicas no Brasil.

## **CAPÍTULO I. – A CRIAÇÃO DA SUMOC (1945) E SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES NO GOVERNO EURICO GASPAR DUTRA (1946-1950)**

O objetivo deste capítulo, além de introduzir a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) através da descrição de sua criação, estrutura e atribuições pertinentes à política econômica, é destacar os aspectos mais relevantes de sua atuação durante o governo Dutra caracterizado por duas fases distintas: liberalismo e intervencionismo. Na primeira seção, é feita uma breve descrição sobre o surgimento da SUMOC, ainda em 1945, destacando: o contexto no qual se deu a criação desse órgão, a estrutura funcional e hierárquica que assumiu e suas principais atribuições econômicas. A segunda seção descreve, primeiramente, a fase de liberalismo comercial e cambial do período inicial do Governo Dutra para, em seguida, discorrer sobre o fracasso desta e conseqüente retomada do intervencionismo. A terceira seção apresenta conclusões gerais acerca dos aspectos econômicos do Governo Dutra.

### **I. 1 – A Criação da SUMOC (1945)**

O período compreendido entre o início da década de 1930 e meados dos anos 1950 é caracterizado por um significativo processo de transformação da economia brasileira. Este processo significou uma mudança do modelo econômico brasileiro, até então centrado na agricultura voltada para exportação, para o desenvolvimento de um sistema produtivo interno baseado principalmente na indústria. Segundo Saretta (1995):

*Esta transição se fez de maneira rápida e aguda. Em pouco mais de duas décadas a economia brasileira logrou uma transformação decisiva, que exprimiu o aproveitamento das potencialidades existentes no pré-1930 e o encaminhamento dos interesses já existentes para que o sistema econômico respondesse cada vez mais aos estímulos do setor urbano-industrial. (p.416)*

O Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-50) se situa na parte final desta transição. Além disso, esse mandato de Dutra tem início num contexto interno caracterizado pelo fim do Estado Novo (1937-45) e por um quadro internacional ilustrado pelas conseqüências do fim da 2ª Guerra Mundial. De acordo com Saretta (1995):

*A II Grande Guerra terminara há poucos meses, as principais economias européias e a economia japonesa estavam bastante destruídas e os Estados Unidos emergiam do conflito, tanto econômica quanto politicamente, bem mais poderosos do que no período anterior à sua entrada na guerra. (p. 416)*

As perspectivas iniciais do Governo Dutra eram fundamentadas na idéia de um mundo reorganizado de acordo com os princípios liberais de Bretton Woods. Segundo Vianna (1990, p. 106), as principais decisões dessa conferência foram: restabelecimento

do sistema padrão ouro- divisas tendo o dólar como moeda internacional de reserva, a meta de estabelecer a livre convertibilidade das moedas após um curto período de transição, a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) com o objetivo de zelar pelos aspectos monetários dos acordos de Bretton Woods e conceder empréstimos aos países com déficit em seus balanços de pagamentos, a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com a responsabilidade de diminuir os obstáculos ao comércio internacional, e a criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) responsável pela reconstrução dos países europeus (indicando a disposição original norte americana de impedir que Japão e Alemanha ressurgissem como potências econômicas).

Enfim, a Convenção de Bretton Woods realizada em 1944 tem estreita relação com a criação da SUMOC em 1945. De fato, de acordo com informações fornecidas pelo Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro (Abreu, 2001), dado o surgimento de instituições financeiras internacionais como o FMI e o BIRD, ambas responsáveis pela supervisão da ordem econômica internacional no pós-guerra, a SUMOC atuou como representante do governo brasileiro junto a esses órgãos internacionais estabelecendo relações estreitas com essas entidades internacionais e adotando as medidas necessárias para o cumprimento das resoluções da Convenção de Bretton Woods.

Assim, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) surgiu a partir do Decreto-Lei nº 7923 de 2 de fevereiro de 1945, através de uma proposta feita pelo professor Otávio Gouveia de Bulhões ao ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa em 1944.

A princípio era vista como uma instituição provisória que serviria de preparação para a futura implementação do Banco Central do Brasil, ou seja, um objetivo a ser alcançado no médio ou longo prazo. Enquanto isso, no curto prazo, a SUMOC ficou responsável principalmente pelo controle cambial e regulação dos movimentos sobre capitais externos. Uma de suas principais atribuições iniciais era a autorização que tinha para comprar e vender cambiais e orientar a política cambial brasileira, esta última substituindo competências legais antes atribuídas a outros órgãos como as Carteiras de Câmbio e de Redesconto do Banco do Brasil, Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária.

O Conselho da SUMOC era constituído por um presidente e vice-presidente, representados respectivamente pelo Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, além de outros diretores da Caixa de Mobilização, Fiscalização Bancária,



carteiras de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil, além do diretor executivo da SUMOC usualmente nomeado através de decreto do Presidente da República.

O controle da SUMOC sobre a regulamentação do movimento dos capitais externos foi determinado pelo Decreto-Lei nº 9602 de 16 de agosto de 1946 o qual foi responsável por ampliar seu alcance político cambial nesta área. Assim, a partir deste, a SUMOC passava a ter as seguintes responsabilidades: diminuir, aumentar ou até mesmo abolir temporariamente o imposto sobre transações de remessas ao exterior e arbitrar a respeito dos limites percentuais sobre a repatriação do capital e remessas de lucros e dividendos.

## I. 2 – As Duas Fases do Governo Dutra

O Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-50) propunha um corte com o passado. De fato, o fim tanto da ditadura Vargas quanto da 2ª Guerra Mundial geraram expectativas sobre: a normalização das atividades econômicas, a regularização dos fluxos comerciais e de capitais e a diminuição da forte presença estatal dentro do sistema econômico interno. Segundo Saretta (1995):

*Havia um certo vezo aparentemente renovador quanto às propostas de redução da participação do Estado na economia, uma vez que sua forte presença se identificava, naqueles anos, à própria ditadura recém-terminada, responsabilizada por regular demasiadamente a atividade produtora e pelos elevados índices inflacionários de então. (p. 418)*

Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Saretta (1995, p. 418), as autoridades monetárias propunham uma política econômica baseada no câmbio único e livre como incentivo à entrada de capitais estrangeiros, uma vez que esta garantia o retorno dos capitais aplicados no Brasil. Ademais, estas medidas também continham incentivos à importação os quais, por sua vez, visavam suprir o mercado interno carente de manufaturas, bens de capital e insumos em decorrência dos anos de guerra. Por outro lado, em relação à situação doméstica, dava-se privilégio ao equilíbrio das finanças públicas e a emissão de moeda na menor quantidade possível, salvo em casos nos quais era preciso atender ao sistema produtivo. Enfim, Saretta (1995) conclui:

*É inegável, quando se observa estas propostas, que houve um certo otimismo das autoridades diante do quadro econômico, sobretudo internacional. Pretendeu-se, ou pelo menos vocalizou-se, um rompimento com o passado mediante uma política bem mais liberal quanto às relações econômicas externas- a área mais sensível para o sistema econômico. Não faltaram, também, propostas de reformas estruturais, como a bancária, agrária e tributária. (p. 418-419)*

Ao mesmo tempo, o governo acreditava na possibilidade de diminuir a inflação através do aumento da concorrência entre os produtos nacionais e seus similares importados a um custo cambial mais baixo através da liberalização das importações, desestímulo às exportações e manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

Nesse sentido, de acordo com Leite (1998, p.49), a SUMOC atuou no reduzindo ou até mesmo eliminando, de acordo com seus critérios, a percentagem de 30% de venda compulsória de cambiais para exportação ao Banco do Brasil, assim permitindo intervenções mais ágeis do Governo no mercado cambial. De fato, logo que essa liberalização cambial foi adotada, a SUMOC atuou imediatamente na redução de 20% da venda obrigatória desses cambiais, enquanto que, até o final de 1946, ela acabou determinando a supressão definitiva desta.

Além disso, o Decreto-Lei responsável pela instituição da completa liberdade cambial também serviu para estabelecer duas garantias extremamente importantes. Em primeiro lugar, direito de retorno ao capital estrangeiro integral, desde que este tivesse atingido um período de no mínimo dois anos de permanência no país e fosse aplicado em títulos da dívida brasileira ou renda fixa. Em segundo, extinção do imposto que incidia sobre todas as remessas brasileiras para o exterior, e obrigatoriedade por parte dos exportadores de aplicar, em letras do Tesouro Nacional, a importância de 20% do valor das mercadorias colocadas a bordo (FOB, exclusão das despesas de frete e seguro). Portanto, através desses dois mecanismos, o Governo Dutra tentou gerar um ambiente favorável à captação de capitais privados junto ao mercado financeiro internacional.

No entanto, segundo Leite (1998, p. 50), como a taxa de câmbio após a adoção da liberdade cambial passou de Cr\$ 19,50 para Cr\$ 21,10, enquanto esta assumia uma cotação de Cr\$ 16,50/US\$ ainda no câmbio oficial, isso significa que essa obrigatoriedade de aplicação de 20% das exportações resultava na perda integral dos ganhos dos exportadores dado o diferencial de cerca de 20% entre as taxas dos dois mercados (oficial e livre).

Assim, em Malan (1980, p. 192), é constatado que os principais resultados dessa política liberal sobre a balança comercial foram: aumento das importações de US\$ 594 milhões para US\$ 1027 milhões entre 1946 e 1947, ou seja, uma elevação de 72,9% dos produtos importados pelo Brasil, aumento das exportações que passaram de US\$ 985 milhões para US\$ 1157 milhões representando um aumento de 17,5% mesmo com a adoção de uma política de desestímulo às exportações e, enfim, uma diminuição do

saldo da balança comercial de US\$ 391 milhões em 1946 para US\$ 130 milhões em 1947, significando uma redução de 66,8%.

Ainda de acordo com Malan (1980, p. 192), ao longo do período analisado, embora tenha ocorrido uma diminuição dos encargos com serviços fatores como lucros e dividendos, a elevação das importações foi responsável pelo aumento dos encargos com serviços não fatores como fretes e seguros os quais, por sua vez, foram responsáveis pelo aumento do déficit da balança total de serviços que passou de US\$ 178 milhões em 1946 para US\$ 257 milhões em 1947, portanto, sofrendo uma elevação de 44,4%.

Por conta disso, entre os anos de 1946 e 1947, o saldo de transações correntes passou de uma situação superavitária de US\$ 188 milhões para uma deficitária de US\$ 151 milhões. Ao mesmo tempo, uma melhoria do saldo total da conta de capitais registrada entre esses anos o qual apresentou uma reversão de um déficit de US\$ 3 milhões em 1946 para um superávit de US\$ 12 milhões em 1947, todavia, não foi suficiente para equilibrar o déficit apresentado pelo saldo de transações correntes. Enfim, o balanço de pagamentos fechou o ano de 1947 com um déficit de US\$ 182 milhões ante o superávit apresentado pelo ano anterior de US\$ 96 milhões.

*BALANÇO DE PAGAMENTOS 1946/47 EM US\$ MILHÕES*

	1946	1947
<i>Exportações (FOB)</i>	985	1157
<i>Importações (FOB)</i>	-594	-1027
<i>Balança Comercial</i>	391	130
<i>Serviços Não Fatores</i>	-113	-216
<i>Serviços Fatores</i>	-65	-41
<i>Balanço Serviços</i>	-178	-257
<i>Transferências (Líquidas)</i>	-24	-24
<i>Saldo Conta Corrente</i>	188	-151
<i>Investimentos Diretos</i>	-5	36
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	23	32
<i>Amortizações</i>	-21	-48
<i>Capitais de Curto Prazo</i>	x	-8
<i>Subscrições em Instituições Internacionais</i>	x	x
<i>Conta de Capitais</i>	-3	12
<i>Erros e Omissões</i>	-89	-43
<i>Balanço de Pagamentos</i>	96	-182

Fonte: Política Econômica Externa e Industrialização (1939/52)

### I. 3 – O Fracasso do Liberalismo

A “ilusão liberal” responsável por nortear a política econômica do início do Governo Dutra, assim como seu gradual desaparecimento, são ambos melhor compreendidos à luz dos acontecimentos do cenário internacional no período analisado. Segundo Vianna (1998, p. 105-106): “É um equívoco imaginar, contudo, que a reorganização da economia mundial no imediato pós-guerra tenha resultado de uma implementação automática das decisões da conferência de Bretton Woods em 1944.”

Bretton Woods era entendido como um sistema de equilíbrio o qual seria utilizado pelos americanos com o objetivo de moldar a economia do pós-guerra, ao mesmo tempo, consolidando a relação de forças entre os Estados Unidos e o restante do mundo capitalista tanto em termos econômicos quanto políticos. No entanto, Vianna (1990) novamente discorda dessa idéia, afirmando:

*A realidade, entretanto, não era essa. Não havia equilíbrio possível nas condições do imediato pós-guerra. Os Estados Unidos haviam crescido 11% em média ao ano de 1940 a*

*1945 enquanto Europa e Japão tiveram parte de suas populações dizimadas, suas economias desarticuladas e seus parques produtivos em parte destruídos. (p. 106)*

Vianna (1990, p. 106) conclui sua afirmação utilizando uma tese de Niveau:

*Um sistema dessa natureza, que normaliza a concorrência internacional, era perigoso logo depois da guerra. Arriscava reduzir inutilmente as trocas entre países europeus, a pretexto de salvaguardar os “direitos” dos exportadores norte-americanos que então não tinham concorrentes. Só os Estados Unidos podiam, entre 1945 e 1949, fornecer ao mundo inteiro os bens de consumo e os equipamentos de que este necessitava; só a economia norte-americana saíra consolidada e enriquecida do último conflito mundial (...) (p. 106)*

Associado a isso, a falta de equilíbrio estrutural gerado pelo fato das economias européias serem incapazes de produzirem excedentes voltados para exportação no pós-guerra resultou num grande desequilíbrio nas transações em ouro e dólar do resto do mundo com os Estados Unidos, gerando o período definido pela história econômica como de “escassez de dólares”.

Por outro lado, para Saretta (1995, p. 419), a 2ª Guerra Mundial teve repercussões favoráveis para o sistema produtivo brasileiro. Ele afirma que os obstáculos comerciais inerentes ao quadro da guerra permitiram um desempenho significativamente favorável no comércio internacional por parte de alguns setores industriais internos voltados para a exportação, com destaque para o têxtil. Assim, dado o término deste conflito e início da administração Dutra, o Brasil dispunha de um volume de reservas cambiais da ordem de US\$ 700 milhões, volume este realmente expressivo para a economia brasileira até então. Segundo Saretta (1995):

*Esta quantidade inusitada de divisas, associada às expectativas de regularização do comércio internacional como se havia acordado em Bretton Woods, além da esperança de que os Estados Unidos recompensassem a participação brasileira ao lado dos Aliados na guerra, levou a uma política econômica externa em boa parte extemporânea e inconsistente, diante do quadro concreto da economia mundial. (p. 419)*

Esse caráter *extemporâneo e inconsistente* da política econômica citado anteriormente rapidamente se concretizou. De fato, as proposições apresentadas em Bretton Woods não foram seguidas no imediato pós-guerra. Saretta (1995) afirma:

*Algumas moedas européias, por exemplo, só se tornaram conversíveis no final dos anos 50, muitas sofreram desvalorizações. Além disso, medidas protecionistas se tornaram regra geral no comércio internacional. Os capitais norte-americanos não deixaram de acorrer ao Brasil, mas não na quantidade em que esperavam as autoridades e demandava o sistema econômico. (p. 419)*

Ele conclui sua afirmação defendendo a idéia de que os Estados Unidos estavam mais preocupados com a reconstrução européia do que com o Brasil e a América Latina. Além disso, ressalta que grande parte das reservas cambiais acumuladas durante a 2ª Guerra Mundial era composta por moedas inconvertíveis e que, por conta disso, apenas

12% destas correspondiam a dólares americanos que representavam efetivamente o poder de compra da economia brasileira. Por conta disso, de acordo com Saretta (1995):

*Decorrido pouco mais de um ano da posse do General Dutra e de suas propostas para a política econômica externa, as autoridades se viram obrigadas a proceder a sensíveis modificações, posto que as moedas conversíveis, sobretudo os dólares americanos, haviam sido gastas. A partir de maio de 1947 cresceu a intervenção estatal na área externa e tal intervenção se fez a partir do controle das importações, segundo o critério da essencialidade, o qual cotejava produtos considerados básicos como petróleo e derivados, trigo, remédios, insumos e matérias-primas para as indústrias, entre outros. (p. 420)*

A crise cambial instaurada já no segundo ano do mandato de Dutra (1947) evidenciava o equívoco das autoridades governamentais na formulação da política econômica baseada nas perspectivas promissoras do cenário internacional para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Esse fato não escapou das críticas dos observadores da época que condenaram a utilização de grande parte dessas divisas na compra de supérfluos, ao invés de na aquisição de insumos e bens de capital importantes para o crescimento industrial nacional. Por outro lado, Saretta (1995) discorda, em parte, desta última afirmação:

*Entretanto, as divisas, além de insuficientes, não foram tão mal utilizadas, embora, em parte, tivessem servido para a compra de bens de consumo durável, dos quais o País de há muito se ressentia, por conta do período da guerra. A quantidade de cambiais é que de fato era insuficiente para as imensas necessidades de “reaparelhamento da economia”. Essa expressão, corrente à época, expressava o pleito da grande maioria dos diversos interesses econômicos de então, qual seja, o de modernizar a infra-estrutura (estradas, portos, ferrovias) (...) (p. 420-421)*

Assim, para Saretta, o grande fator responsável pelo comprometimento da política externa foi antes a ausência de dólares do que a liberalização das importações. Segundo ele, a insuficiência de moeda norte americana frente às reais necessidades da economia é que teria levado à adoção do controle quantitativo sobre as importações a partir do critério da essencialidade, com clara prioridade para insumos e produtos intermediários para a indústria.

#### I. 4 – A Retomada do Intervencionismo

Por conta disso, de acordo com Leite (1998, p.51), em julho de 1947, ocorreu a extinção do mercado de câmbio livre e restabelecimento do mercado oficial novamente. Foi restabelecida a taxa de venda de Cr\$ 18,72/US\$ determinada pelo Acordo de Bretton Woods e a retomada das fortes restrições cambiais através de novos instrumentos.

Nesse sentido, a SUMOC atuou através da Instrução 25. Esta consistiu na adoção do controle quantitativo das importações por meio das Filas de Câmbio. Estas eram organizadas de acordo com o grau de essencialidade dos bens e o Banco do Brasil, assim como os demais bancos autorizados a operar com câmbio foram obrigados a aplicar suas disponibilidades cambiais obedecendo às seguintes regras de prioridade cambial pré- estabelecidas: 1) importação de artigos essenciais e de interesse nacional, 2) remessa de royalties, juros e lucros, 3) despesas de manutenção, viagem e produto de venda de passagens, 4) outras mercadorias não incluídas na primeira categoria, 5) auxílios, donativos e remessas com outros fins não estabelecidos nas categorias anteriores.

Além disso, segundo Leite (1998, p.52), esta mesma Instrução 25 também estabeleceu a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários autorizados a realizar operações cambiais de vender, diariamente, ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio à taxa oficial. É importante ressaltar que, em janeiro de 1948, uma nova Instrução da SUMOC promoveu o aumento deste percentual de 30% para 75%.

Também foi restabelecido o imposto de 5% para remessa de valores do Brasil para o exterior que havia sido instituído pelo Decreto-Lei 1394/39. Este incidia sobre todas as transferências voltadas para o pagamento de mercadorias importadas, fretes, custeio de permanência de brasileiros em outros países e demais transferências com quaisquer outros fins. Contudo, na prática, a incidência desse imposto acabou ficando restrita somente às importações de mercadorias, dado que ficaram isentas deste os seguintes serviços: amortização e juros da dívida externa pública, retorno de capitais estrangeiros, juros e dividendos, pagamento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, além de combustíveis, lubrificantes, papel de imprensa, outras remessas de cunho diplomático e algumas operações entre bancos desde que devidamente autorizadas pelo Banco do Brasil.

Todavia, o controle cambial através da Instrução 25 não foi suficiente para conter as importações nos níveis planejados, visto que, de acordo com Malan (1980, p. 192), o ano de 1947 terminou com um saldo de importações de US\$ 1027 milhões muito acima do registrado no ano de 1946, da ordem de US\$ 594 milhões. Por conta disso, em fevereiro de 1948, através da Lei 262/48, foi instituído o Sistema de Licença Prévia para o comércio exterior, de maneira que ficava a critério da CEXIM (Carteira de Exportação e Importação) a concessão de Licenças de Exportação e Importação. Apenas a partir desse sistema, as importações brasileiras passaram a sofrer efetivamente um

maior controle quantitativo segundo o critério de essencialidade. O Ministério da Fazenda era encarregado, em última instância, da elaboração da política cambial, embora isso fosse responsabilidade efetivamente da SUMOC, órgão diretamente subordinado a este ministério.

No entanto, a implementação desta sob a forma de controle quantitativo de importações, entre 1948 e 1953, ficava a cargo da CEXIM responsável pelo fornecimento de licenças de importação baseado nos critérios determinados pela COCIE (Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior). A venda de divisas, por sua vez, estava condicionada a sua respectiva disponibilidade dada pelo orçamento de câmbio.

Esse instrumento de regulação foi responsável por mudanças significativas na estrutura normativa do comércio exterior brasileiro porque, de acordo com Leite (1998, p. 53), a Licença de Exportação/Importação se tornou uma autorização indispensável para expedição, tanto pela Fiscalização Bancária quanto pelas Guias de Embarque e Desembarque, e despacho das mercadorias pelas repartições aduaneiras.

A CEXIM fazia uma estimativa dos números de produção e consumo dos produtos sujeitos à Licença Prévia para Exportação, assim verificando a hipótese de existência de estoques suficientes para abastecimento do mercado interno e, de certa forma, evitando o subfaturamento nas vendas de mercadorias brasileiras no mercado internacional.

Ao passo que, com relação à concessão de Licenças Prévias para Importação, esta seguiu as mesmas prioridades estabelecidas pela Instrução 25 baseada nas Filas de Câmbio, embora tenham ficado isentas, ou seja, classificadas como de livre importação, os seguintes produtos ou categorias: cimento, produtos farmacêuticos, gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos adquiridos pelo Governo e amostras comerciais de pequeno valor não sujeitas à cobertura cambial. Além disso, as Licenças Prévias para Importação foram separadas em três categorias distintas. Separação esta baseada num critério de interesse dessas importações para a economia nacional: A) absoluta essencialidade, B) relativa essencialidade, C) imediata ou eventual conveniência.

De acordo com Leite (1998, p. 55), baseada nessa classificação, a SUMOC autorizava a venda de cambiais voltada para o pagamento de importações, ao mesmo tempo, respeitando uma escala de prioridade. Assim, 75% dos cambiais eram destinados às importações não sujeitas ao controle e classificadas na categoria “A”, 20% para os



importados com classificação “B” e 5% para as transações comerciais de importação incluídas na categoria “C”.

Atuando em parceria com a CEXIM, a COCIE funcionou como um órgão normativo, consultivo e de discussão das questões relacionadas ao comércio exterior. Seus objetivos eram: fixação de diretrizes visando garantir o abastecimento regular do mercado interno, execução das metas estabelecidas pelos acordos internacionais, restrição máxima possível de mercadorias não essenciais, promoção da importação de produtos considerados essenciais e sugestão da necessidade de inclusão ou exclusão de certas mercadorias na lista dos considerados de livre importação.

As autoridades do Governo Dutra imaginavam que essas medidas seriam suficientes, ao menos no curto prazo, para resolver os problemas apresentados pelo balanço de pagamentos. No entanto, as políticas de restrição às importações baseadas, primeiramente, na Instrução 25 e, em seguida, no sistema de licença prévia, embora tenham contribuído significativamente na redução do déficit do balanço de pagamentos entre os anos de 1947 e 1948 não foram suficientes para revertê-la da situação deficitária para uma superavitária novamente.

De fato, em Malan (1980, p. 192), é constatado que os principais resultados da adoção dessas políticas restritivas sobre a balança comercial foram: redução das importações de US\$ 1027 milhões para US\$ 905 milhões entre 1947 e 1948, ou seja, uma diminuição de 11,9% dos produtos importados pelo Brasil, aumento pouco significativo das exportações que passaram de US\$ 1157 milhões para US\$ 1183 milhões representando um aumento de 2,3% e, enfim, uma expressiva elevação do saldo da balança comercial de US\$ 130 milhões em 1947 para US\$ 278 milhões em 1948, significando um aumento da ordem de 113,9%.

Ainda de acordo com Malan (1980, p. 192), ao longo do período analisado, embora tenha ocorrido uma diminuição dos encargos com serviços não fatores como fretes e seguros, o aumento dos encargos com serviços fatores como juros e dividendos foi responsável pela elevação do déficit da balança total de serviços que passou de US\$ 257 milhões em 1947 para US\$ 273 milhões em 1947, portanto, sofrendo uma elevação de 6,2%.

Além disso, entre os anos de 1947 e 1948, o saldo da conta de capitais passou de uma situação superavitária de US\$ 12 milhões para uma deficitária de US\$ 37 milhões que se deu em função dos seguintes fatores: diminuição dos investimentos diretos, aumento das amortizações e redução expressiva dos empréstimos e financiamentos.

Enfim, o balanço de pagamentos fechou o ano de 1948 com um déficit de US\$ 24 milhões muito menor em comparação com o apresentado pelo ano anterior da ordem de US\$ 182 milhões, embora ainda deficitário.

*BALANÇO DE PAGAMENTOS 1947/48 EM US\$ MILHÕES*

	1947	1948
<i>Exportações (FOB)</i>	1157	1183
<i>Importações (FOB)</i>	-1027	-905
<i>Balança Comercial</i>	130	278
<i>Serviços Não Fatores</i>	-216	-179
<i>Serviços Fatores</i>	-41	-94
<i>Balanço Serviços</i>	-257	-273
<i>Transferências (Líquidas)</i>	-24	-24
<i>Saldo Conta Corrente</i>	-151	-2
<i>Investimentos Diretos</i>	36	25
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	32	9
<i>Amortizações</i>	-48	-61
<i>Capitais de Curto Prazo</i>	-8	13
<i>Subscrições em Instituições Internacionais</i>	x	x
<i>Conta de Capitais</i>	12	-37
<i>Erros e Omissões</i>	-43	29
<i>Balanço de Pagamentos</i>	-182	-24

Fonte: Política Econômica Externa e Industrialização (1939/52)

Como forma de solucionar isso, segundo Leite (1998, p. 56), em março de 1949, duas medidas importantes foram instituídas. A primeira foi responsável pela suspensão da obrigatoriedade dos bancos de repassar 75% dos cambiais de exportação para o Banco do Brasil, enquanto a segunda estabeleceu um novo critério de Prioridades Cambiais: Categoria Preferencial (importações de máquinas agrícolas, lubrificantes, alumínio, chumbo, zinco e produtos farmacêuticos sem similar nacional) subdividida em outras quatro categorias: primeira (importações cobertas por licenças prévias da antiga categoria “A”), segunda (remessas de capitais, lucros, juros e dividendos), terceira (transferências de firmas de transportes e comunicações, viagens, serviços

culturais, científicos e educacionais) e quarta (importações cobertas pelas licenças prévias das antigas categorias “B” e “C”). Enfim, a partir dessas novas medidas, o Governo Dutra procurou controlar o comércio exterior segundo um critério de essencialidade mais abrangente e específico do que o anterior.

Associado a isso, o Brasil também procurou negociar amplamente o firmamento de acordos bilaterais de comércio e pagamentos, principalmente com países os quais o Brasil mantinha transações em moedas conversíveis, assim atenuando a limitação dos mercados internacionais com relação às exportações brasileiras. De acordo com essa orientação, segundo Leite (1998, p. 57), o Brasil conseguiu firmar cerca de trinta acordos, assim tornando possível a manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada até o final de 1953 (Cr\$ 18,38/US\$ para compra e Cr\$ 18,72/US\$ para venda).

Em função do fracasso do liberalismo comercial e cambial adotado pelo Governo Dutra durante o início de seu mandato, entre 1946 e 1947, as autoridades econômicas decidiram estabelecer uma política econômica baseada na manutenção do cruzeiro sobrevalorizado e no controle quantitativo das importações. Dentre os principais objetivos dessas medidas estavam: o equilíbrio do balanço de pagamentos, o controle dos preços e a importação de insumos e bens de capital utilizados pela indústria nacional.

As duas primeiras metas expressavam, em suma, o interesse do governo federal em promover a manutenção da estabilidade econômica interna através, principalmente, da estabilidade do câmbio. Ao longo desse período, enquanto ainda era discutida no Congresso a questão da estabilidade cambial, o Senador Roberto Simonsen se manifestou absolutamente contrário a possibilidade de desvalorização do cruzeiro, alertando para os reflexos negativos que esta traria para o crescimento da produção em Leopoldi (2000; p.182): “É preciso reajustar as condições internas do país à inflação provocada pela moeda, mas nunca desvalorizá-la... A nossa preocupação deve ser, pois a de manter a estabilidade da moeda e procurar valorizar o seu poder aquisitivo interno.”

De acordo com Leopoldi (2000), ao mesmo tempo em que defendia seu ponto de vista, Simonsen polemizava com Andrade Ramos, membro da FIRJ (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) liberal e defensor do reajustamento da moeda:

*V. Exa. tem a moeda como fim; eu, como instrumento. Há oito anos que temos moeda praticamente estabilizada... em torno de 18 cruzeiros por dólar... Tudo está sendo reajustado em torno desse valor. Os nossos salários, nossos compromissos de contratos de pagamento estão reajustados em torno desse valor de dólar (p.182).*

As recomendações do Departamento Econômico do CNI (Confederação Nacional da Indústria), por ocasião da 2ª Conferência das Classes Produtoras realizada na cidade de Araxá, Minas Gerais, em 1949, possuem argumentos que seguem a mesma linha de Simonsen, ou seja, defendiam a idéia de que a alteração da taxa de câmbio deveria ter em vista, em primeiro lugar, a estabilidade da economia interna. Por conta disso, este recomendava que a persistência de desequilíbrio do balanço de pagamentos, a despeito do controle sobre as importações e do afluxo de capital estrangeiro, nunca deveria se mostrar como justificativa para a adoção de medidas que teriam, certamente, efeitos negativos sobre os níveis de emprego e de crescimento econômico. De acordo com Leopoldi (2000; p.184): “Os técnicos da CNI consideravam que a elevação da taxa de câmbio “num nível artificial” traria prejuízos à economia do país, com desestímulo para os empreendimentos, redução da renda nacional e aviltamento dos padrões de vida.”

Por outro lado, a última meta levava em consideração as reivindicações dos industriais por mecanismos cambiais que favorecessem a importação de matérias primas e máquinas e, conseqüentemente, o desenvolvimento industrial interno. A formulação desta foi resultado da combinação de fatores externos (crise cambial por excesso de importações após a Segunda Guerra Mundial), políticas governamentais (liberalização comercial durante o início do Governo Dutra), além dos próprios industriais através de suas lideranças. Segundo Leopoldi (2000):

*Nosso enfoque busca entender a formulação da política cambial como processo que envolve uma relação de forças sociais internas que pressionam por medidas a serem tomadas pelos organismos governamentais. As lutas internas na arena política agregamos a análise da conjuntura internacional e das políticas econômicas do Estado. Numa conjuntura como a do governo Dutra, em que o setor industrial não tinha condições de conduzir a política econômica, a saída era pressionar o governo com campanhas, memoriais e contatos pessoais, até obter as políticas almejadas. (p.182)*

De fato, desde a liberalização cambial adotada pelo Governo Dutra (1946-1947), o protecionismo à indústria brasileira dependeu mais fortemente dos mecanismos para controle quantitativo das importações e sobrevalorizações do cruzeiro do que das medidas tarifárias. De acordo com Leopoldi (2000):

*Em virtude disso, a atenção das lideranças industriais no pós-guerra voltou-se cada vez mais para as políticas de comércio exterior, de câmbio e de controle e seleção das importações. Os órgãos formuladores e implementadores dessas políticas (fundamentalmente o Itamarati, a Sumoc e a Cexim) tornaram-se os alvos da atuação do setor industrial. (p.186)*

Além disso, a política cambial para controle das importações entre 1948 e 1952 era entendida como um subsídio para as importações industriais através da sustentação da taxa de câmbio. Segundo Leopoldi (2000; p. 184). “A presença de dois industriais ligados às entidades de classe de São Paulo e do Rio de Janeiro na chefia do Ministério da Fazenda representava certa garantia de que os interesses da indústria na área cambial seriam levados em consideração.”

## **CAPÍTULO II – A INSTITUIÇÃO DA INSTRUÇÃO 70 DA SUMOC NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais razões que levaram a instituição da Instrução 70 da SUMOC no Segundo Governo Vargas. A primeira seção disserta sobre as principais interpretações sobre a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1951, dando destaque aos relacionados com seu projeto de desenvolvimento econômico nacionalista. A segunda seção, tendo como base as “heranças” da política econômica do Governo (câmbio sobrevalorizado e controle quantitativo sobre importações), aborda a insatisfação dos industriais com a ausência de uma atuação governamental efetiva voltada para o desenvolvimento industrial interno durante a primeira metade do Segundo Governo Vargas. A terceira seção descreve o processo de implementação da Instrução 70, assim como seus efeitos gerais para o desenvolvimento industrial brasileiro durante a fase final do Segundo Governo Vargas.

### **II. 1 – Retomada do Nacional Desenvolvimentismo**

Pedro Cezar Dutra Fonseca discute, em seu trabalho “Vargas: O Capitalismo em Construção 1906-1954”, a existência ou não da retomada da política nacional desenvolvimentista durante o Segundo Governo Vargas tendo como base, para tanto, as posições assumidas por diferentes pensadores como José Luiz Fiori, Carlos Lessa, Sérgio Besserman Vianna e Sônia Draibe. Esse trabalho de Fonseca (1989) é a fonte do debate que vem a seguir.

Em trabalho publicado em 1984, José Luiz Fiori e Carlos Lessa defendem a idéia de que o segundo governo Vargas não possuía nenhum caráter industrializante. Em resumo, presente em Fonseca (1989):

*Em síntese, não encontramos evidências consistentes, nos planos das intenções e objetivos e, ainda menos, no das políticas realmente executadas, que sustentem a idéia dominante de que naquela quadra histórica existiu e foi derrotado um projeto governamental de desenvolvimento nacional autônomo e popular, que passasse por uma industrialização e modernização agrícola rápidas e induzidas, e por uma política de distribuição de renda e mobilização popular, tudo isto articulado e alavancado pelo Estado.” (p.356)*

De acordo com Fonseca (1989, p.357), a tese de Lessa e Fiori tem base em parte na de T. Skidmore, segundo o qual, a política econômica do Segundo Governo Vargas se caracterizava por uma “ambigüidade” porque apresentava a necessidade de combater os problemas de “curto prazo” (inflação, déficit orçamentário, déficit no balanço de pagamentos, escassez de divisas) os quais, por sua vez, comprometiam

consideravelmente seu programa de “longo prazo”, industrializante e desenvolvimentista.

Assim, Skidmore considera que a primeira metade do Segundo governo Vargas foi caracterizada pelo conservadorismo e pelo “curto prazo”, enquanto que o “longo prazo” passou a se destacar apenas a partir de 1953. Todavia, Lessa e Fiori aceitam as teses da “ambigüidade” e políticas de “curto e longo prazo” de Skidmore, mas negam a existência de políticas de “longo prazo” a partir da segunda metade do governo considerando as políticas de “curto prazo” como abrangentes para todo o período analisado.

Sérgio Besserman Vianna compartilha uma visão semelhante com a de Lessa e Fiori. Segundo ele, o Segundo Governo Vargas foi caracterizado por um projeto de estabilização da economia, ao invés de industrializante, baseado tanto no projeto Campos Sales-Rodrigues Alves quanto no Programa Oswaldo Aranha. De acordo com Vianna (1987):

*O projeto Campos Sales- Rodrigues Alves apoiava-se no saneamento econômico da nação e no afluxo de capital estrangeiro, esperado a partir dos trabalhos da CMBEU. O colapso cambial e a deterioração das relações econômicas com os Estados Unidos determinaram seu abandono. Oswaldo Aranha substituiu Lafer na pasta da Fazenda em 15 de junho de 1953. A política do novo ministro consistiu numa nova tentativa de estabilização da economia, mantida a visão ortodoxa do problema (isto é, tendo como objetivo uma política fiscal austera e políticas monetária e creditícias restritivas), porém, desta feita, privilegiando o ajuste cambial. (p. 101)*

Vianna conclui apontando as causas do fracasso da implementação de um projeto industrializante concreto por parte do Segundo Governo Vargas. Segundo ele:

*(...) a composição conservadora do governo, de um lado, e a sucessão de problemas econômicos de “curto prazo”, para usar a linguagem consagrada, os quais levaram as autoridades a optarem não raro por medidas restritivas, em oposição às intenções industrializantes. (p.358)*

Por outro lado, de acordo com Fonseca (1989), o grupo formado por aqueles que concordam com a retomada da política nacional desenvolvimentista no Segundo Governo Vargas afirma:

*Vargas teria abraçado um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, expressão dos interesses da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores e parte dos seguimentos médios urbanos (nestes últimos destacando-se a burocracia estatal).*

Um dos defensores dessa visão é Sônia Draibe, para ela:

*O retorno de Vargas ao poder trouxe também de volta a aspiração de industrialização acelerada, definindo-se um “projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que aquele que se delineara ao final da década de trinta”. (p.360)*

Os discursos consultados em Fonseca (1989, p. 360-361) relativos à segunda campanha eleitoral de Vargas evidenciam a existência de um projeto pró-desenvolvimento industrial. Ou seja, durante sua campanha presidencial, ele já apontava a industrialização como um objetivo prioritário de seu governo. De fato, não modificou em nada sua posição após ter assumido a presidência bastando, para tanto, apenas consultar o conteúdo de suas mensagens enviadas ao poder legislativo anualmente.

A primeira delas, elaborada em 1951, logo em seguida a sua posse, discorre sobre a situação financeira desfavorável e da escolha da austeridade como forma mais aconselhável de combatê-la sem que isso implicasse, necessariamente, na desaceleração do ritmo de crescimento econômico brasileiro.

Em outra de suas várias mensagens, havia uma crítica à importação de supérfluos durante o Governo Dutra que não se estendia ao volume de importações como um todo, dado que uma grande parte deste era vista como indispensável para a manutenção da industrialização interna. Isso porque, para Vargas, o ajuste do balanço de pagamentos não deveria ser atingido através da redução da produção, mas, ao contrário, com a continuidade de seu crescimento. Ou seja, a modernização do parque industrial brasileiro seria gerada, entre outras razões, pelo aumento da utilização de máquinas e demais insumos importados indispensáveis para o crescimento da produção e produtividade das indústrias.

Ainda de acordo com Fonseca (1989), em trabalho publicado na década de 70, Carlos Lessa admite a existência de um caráter industrializante na política econômica do Segundo Governo Vargas. Inclusive, Lessa interpreta este atributo como intencional em contraposição com as políticas voltadas para a indústria do governo precedente as quais beneficiavam o setor industrial, embora não se constituíssem em objetivo explícito das autoridades governamentais. Enfim, para Lessa, o quadriênio 1951/54 foi marcado por medidas estimuladoras do desenvolvimento econômico implementadas deliberadamente pelo governo.



## II. 2 – União entre Estado e industriais

O retorno de Vargas à Presidência da República em 1951 teve apoio numa campanha a qual, segundo Leopoldi (1994; p.161-162), “propunha continuar o esforço de criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, diagnosticado no final dos anos 40 como um dos principais impasses para o avanço industrial no país.” Assim, esta meta funcionaria como base para uma nova fase de desenvolvimento industrial no Brasil na qual haveria uma integração vertical entre insumos e bens de capital, e onde os investimentos públicos estimulariam a demanda a ser atendida pelo setor privado nacional e internacional. Do ponto de vista de Leopoldi (1994):

*O projeto industrial do governo Vargas levou os responsáveis por sua formulação a olharem para dentro e para fora do país simultaneamente. Era preciso olhar para dentro quando se tratava de reforçar o papel do Estado e das empresas públicas nos empreendimentos estratégicos da economia, enquanto o mundo capitalista procurava construir instituições e desenvolver práticas industriais e comerciais que reforçavam o setor privado, já consolidado nos países centrais. (p.162)*

Ao mesmo tempo, era preciso a captação de recursos junto à sociedade, assim como a criação de novas áreas na burocracia capazes de alocá-los de maneira eficiente e isolada das pressões políticas existentes, além de estimular nos empresários a crença de esperança no futuro da economia. Por outro lado, de acordo com Leopoldi (1994; p.162), “de fora viriam os empréstimos públicos e privados, a tecnologia e os investimentos diretos ou indiretos para áreas consideradas prioritárias pelo governo.”

Ainda de acordo com Leopoldi (1994; p. 162), a maioria dos estudos sobre o Segundo Governo Vargas responsáveis por analisar a relação entre Vargas, os burocratas e os industriais, no final das contas, revelam uma tendência de reforço do papel modernizador da burocracia em oposição a um setor industrial que caminhava a reboque das políticas do Estado. Por conta disso, Leopoldi relativiza a tese considerada por esses autores afirmando que “a despeito do setor industrial não ser hegemônico no período de desenvolvimento industrial que vai do final da guerra a 1961, ele participou ativamente da construção dos pilares da política industrial, que são a política cambial e tarifária.” Enfim, ela conclui: “Neste trabalho busco recuperar o papel da burguesia industrial e de suas associações corporativas no Segundo Governo Vargas e no projeto industrial que então se formulou e se implementou, criando as bases para o desenvolvimento de toda a década de 50.”

Baseado nesse princípio, Leopoldi analisa a aliança estabelecida por Vargas, em seu segundo mandato, com a burocracia estatal responsável pela política econômica e os

industriais, evidenciando que o processo acelerado de desenvolvimento da indústria nesse período teve base na reivindicação da classe industrial por medidas protecionistas. Além do mais, isto deve ser entendido também, segundo Leopoldi (1994; p.163) como “uma transformação na estrutura interna das agências do Estado, que voltam a absorver a liderança desse setor, como ocorrera nos anos 30 e durante a guerra.”

## II. 3 – Visão Histórico Comparativa

Uma das hipóteses de Antonieta Leopoldi em sua tese de Doutorado “Política e interesses, as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira” (Paz e Terra, 2000), é a de que o século XX no Brasil foi marcado pelo protecionismo industrial:

*Quando da conclusão da tese de doutorado que deu origem a este livro, ainda na década de 80, julguei ter aprendido uma lição sobre a economia brasileira: a de que este fora para o Brasil o século do protecionismo industrial, da ação intervencionista do Estado e da ligação profunda entre empresariado industrial e Estado, sob a forma de estruturas corporativistas de representação de interesses. De posse desse grande referencial explicador da economia política da indústria no período, parecia-me ser mais fácil entender o Brasil contemporâneo. (p. 19)*

Segundo Leopoldi (2000), com o início das políticas de abertura comercial a partir dos anos 80, sua primeira impressão com relação a isso foi uma sensação de retorno do rápido “experimento de política liberal” ocorrido durante o governo Dutra, desde 1946 até 1947 quando ocorreu a crise cambial e conseqüente retomada do controle das importações. No entanto, paulatinamente, ela percebeu a ocorrência de mudanças significativas em todo o paradigma que norteava a política industrial durante uma grande parte deste século, tais como: proteção à indústria nacional pelo câmbio, intervencionismo e regulação pelo Estado de acordo com o modelo Keynesiano, além da defesa da idéia de que o processo de industrialização deveria ser prioritário para a economia brasileira.

A análise do século em questão pelo ponto de vista da batalha dos industriais brasileiros por uma identidade própria e em benefício da indústria brasileira é uma etapa encerrada dentro da história brasileira. De acordo com Leopoldi (2000):

*As grandes empresas nacionais que cresceram à sombra da proteção dos governos Vargas e Kubitschek desapareceram, fundiram-se com empresas estrangeiras de maior porte, diversificaram-se ou formaram o grande grupo nacional, uma nova categoria econômica e social que mistura empreendimentos industriais com bancos, agribusiness, setores de comercialização e serviços financeiros, entre outras atividades. (p.20)*

Da mesma forma, Leopoldi afirma que as instituições governamentais encarregadas das políticas cambiais responsáveis pela proteção à indústria e consolidação do mercado nacional, avaliadas detalhadamente em seu livro, sofreram gradativamente o dismantelamento e esvaziamento principalmente durante o Governo Collor. Quanto à política industrial, seu significado tem se confundido cada vez mais com a guerra fiscal promovida pelos governos estaduais com o intuito de atrair novos investimentos, ou com as políticas voltadas para o comércio exterior, ou inclusive com o esforço mútuo do governo e do empresariado visando atingir maior eficiência e competitividade quando as mercadorias são inseridas no mercado.

Leopoldi (2000; p.20) afirma que o termo protecionismo ganhou significado integralmente pejorativo nesse novo contexto, ou seja, não é mais sinônimo de políticas que visam estimular o crescimento do setor industrial como um todo, mas sim daquelas que buscam a proteção de empresas privilegiadas, geralmente de setores considerados obsoletos. Assim, segundo ela, seu livro busca a recuperação do conceito positivo da fase de protecionismo da economia brasileira. Acreditando na idéia de que esta política de estímulo a indústria como um todo acabou se mostrando a estratégia do governo disponível mais adequada para o desenvolvimento industrial brasileiro, entre os anos 30 e 60.

## II. 4 – Desenvolvimento Industrial pela Política Cambial

Leopoldi (2000, p. 22) procura observar as semelhanças existentes entre o processo de formação da identidade do empresariado industrial brasileiro e os aspectos mais marcantes do processo de industrialização no país. A partir de seus estudos, ela entendeu que a forma pela qual se deu a organização das entidades de classe industrial brasileira teve um caráter esporádico e intermitente antes de 1930, de forma que apenas veio a ganhar estrutura e estabilidade após a instituição do sistema corporativo Vargas entre as décadas de 30, sistema corporativo este que foi retomado durante a administração seguinte de Vargas em 50.

Ao mesmo tempo, Leopoldi chama a atenção para uma das conclusões de Schmitter (1971) que dá ênfase ao impulso governamental Vargas sem levar em conta a capacidade de organização e de luta da própria burguesia industrial. No entanto, Leopoldi tenta encontrar evidências de que esses dois processos ocorreram de forma complementar, ao invés de separados como afirma Schmitter.

A fim de atingir esse objetivo, ela estuda a lenta evolução das entidades empresariais, desde as primeiras empresas manufatureiras surgidas no Rio de Janeiro até a maturação desse crescimento nos anos 50. A autora argumenta que, ao longo desse período, embora o processo de desenvolvimento industrial brasileiro tenha sido caracterizado por uma forte organização por parte dos industriais visando uma maior proteção às indústrias nessa área, não foram obtidas conquistas significativas em termos de espaço político durante a República Velha, apenas a partir da década de 30

Segundo Leopoldi (2000), é apenas nos regimes de Getúlio Vargas que as associações industriais encontram no canal corporativo, em especial, o espaço fundamental de interação com o governo, e complementa:

*Nessa primeira seção do livro, meu objetivo é esclarecer o tipo de corporativismo do setor industrial que funcionou no país na era Vargas, o qual legou uma estrutura marcante para as décadas futuras. Tento relativizar o peso de análises que acentuam o papel intervencionista do governo Vargas e sua capacidade de “moldar” a organização da burguesia industrial. (p.24)*

Além disso, Leopoldi (2000; p. 24) reforça o argumento de que as políticas cambial e tarifária formaram “o centro nervoso” do sistema de proteção industrial em boa parte do século a fim de facilitar a compreensão da idéia de que as associações industriais contribuíram significativamente na elaboração de políticas protecionistas à indústria.

De fato, Leopoldi (2000; p. 24) afirma: “ao acompanhar a ação empresarial com relação a essas duas áreas, delimito os vários tipos de estratégia das entidades de classe frente às políticas públicas.” Ou seja, quando as políticas são consideradas essenciais para a manutenção da existência de alguns setores industriais, os empresários se revelam mais participativos, inclusive visando receberem maior atenção por parte do governo. Por outro lado, se as políticas adotadas não vão de encontro com os interesses deles, chegando a ter inclusive um aspecto meramente político, eles assumem um comportamento mais “pragmático” em relação a estas.

Leopoldi, considerando a política cambial como instrumento fundamental de proteção à indústria, acaba contrariando a visão dos economistas que enxergam a política cambial unicamente como um mecanismo da burocracia governamental na defesa da economia contra as incertezas conjunturais do comércio internacional.

Por conta disso, entre o período compreendido entre 1947 e 1961, Leopoldi avalia em detalhes a situação da indústria sob a perspectiva cambial. Segundo ela, em momento no qual o câmbio é considerado mecanismo essencial da política industrial, a

política cambial pode funcionar como um instrumento que visa proteger e estimular à industrialização local ou até mesmo o contrário, ou seja, gerar desproteção e desnacionalização. Para tanto, faz uma análise da Instrução 70 da SUMOC baseada no sistema de câmbio múltiplo em comparação com a Instrução 113 ambas, de acordo com ela, com efeitos divergentes sobre a indústria brasileira.

Suas conclusões com relação à primeira medida são positivas. De fato, ela acredita que esta teve um efeito protecionista para a indústria nacional contra a importação de produtos similares, além de promover o fomento da importação de insumos e equipamentos industriais. Enquanto que, a medida seguinte acabou seguindo uma direção justamente oposta porque, segundo Leopoldi (2000; p. 26), “afetou negativamente a indústria local, gerando subsídios cambiais para a entrada de novas indústrias estrangeiras concorrentes e pondo fim ao protecionismo do sistema de câmbio múltiplo”. Ainda de acordo com ela, o entendimento do fracasso da indústria local no impedimento da implantação dessa política cambial que favorecia as firmas internacionais depende da análise das rápidas transformações ocorridas nas corporações empresariais após a morte de Vargas.

Leopoldi (2000) também dá destaque aos métodos de formulação das políticas tarifária e cambial, segundo ela, determinantes de políticas de proteção à indústria durante este século:

*Este é o momento privilegiado para observar o Estado em ação, quando são postas em prática as políticas específicas ligadas a um referencial geral (protecionismo, desenvolvimentismo), envolvendo agências governamentais na formulação e na implementação das medidas e agentes/atores, com o papel de mediadores, diretamente implicados na política setorial. (p.29)*

## II. 5 – Industriais Insatisfeitos

A política de comércio exterior da primeira metade do Segundo Governo Vargas manteve a taxa de câmbio fixa baseada no cruzeiro sobrevalorizado e o controle quantitativo sobre as importações baseado no sistema de licença prévia. No entanto, segundo Vianna (1990, p. 125), ocorreu um significativo relaxamento na política de concessão dessas licenças ao longo dos primeiros sete meses desse governo, de maneira que essa orientação foi sendo modificada progressivamente, na medida em que os efeitos disso começaram a ficar evidentes nos graves desequilíbrios apresentados pela balança comercial.

Ainda de acordo com Vianna (1990, p. 125-126), a ocorrência dessa ampla liberalização na política de concessão de licenças para importação tem explicação na

persistência de grande pressão inflacionária interna e de forte propensão a importar em função do precário abastecimento interno de produtos importados em função das severas restrições cambiais para importações aplicadas entre 1948 e 1950. Além disso, ele também afirma que a melhoria da produtividade da indústria brasileira dependia das importações, uma vez que o Brasil sofria da escassez de oferta de insumos e bens de capital no mercado interno.

Segundo Vianna (1990, p. 126), o primeiro semestre de 1951 foi encerrado com um volume total de importações de US\$ 860 milhões, sendo US\$ 449 milhões em moedas conversíveis. Por outro lado, o saldo total de exportações foi de US\$ 827 milhões, sendo US\$ 40 milhões em moedas conversíveis. Logo, o impacto negativo do afrouxamento na política de concessão de importações ao longo dos primeiros seis meses de 1951 foi uma redução significativa das reservas brasileiras em moedas conversíveis.

Ainda de acordo com Vianna, isso teve explicação na necessidade de se financiar grande parte dos encargos do balanço de pagamentos referentes à conta de serviços e capitais através, principalmente, dessas moedas conversíveis. De fato, as reservas em dólar as quais em março de 1951 eram da ordem de US\$ 162 milhões, em julho do mesmo ano já haviam se reduzido para um montante muito menor de US\$ 43 milhões. Por conta disso, em agosto de 1951, seguindo instruções da SUMOC, a CEXIM reintroduziu um controle mais severo sobre as licenças de importações.

Mesmo assim, embora o saldo da balança comercial ao final de 1951 tenha apresentado um pequeno superávit de US\$ 68 milhões, a média mensal de licenciamentos para importações concedidos durante o segundo semestre de 1951 se manteve relativamente elevada. Por conta disso, segundo Vianna (1990):

*Como a posição cambial do país continuou se agravando (as reservas em dólar tornaram-se negativas em US\$ 27 milhões em dezembro), os licenciamentos foram novamente apertados no início de 1952 e voltaram aos níveis dos períodos de maior controle de importações a partir do segundo semestre desse ano (p. 126)*

Já em 1952, o retorno de um maior controle sobre a concessão de licenças de importação não foi suficiente para compensar a queda de exportações e, conseqüentemente, de acúmulo de reservas cambiais ocorrida ao longo desse ano.

De acordo com Vianna (1990, p. 127-128), a perda de receita das exportações em comparação com 1951 apresenta três causas principais: 1) efeitos da sobrevalorização do cruzeiro e das pressões inflacionárias internas, 2) crise da indústria

têxtil mundial prejudicando as vendas do segundo principal produto de exportação brasileiro, o algodão, 3) retenção de estoques por parte dos exportadores induzida por uma expectativa generalizada de desvalorização cambial.

As principais conseqüências disso, segundo ele, foram: déficit da balança comercial da ordem de US\$ 286 milhões, esgotamento das reservas internacionais principalmente em moedas conversíveis e acúmulo de atrasados comerciais superiores a US\$ 610 milhões, sendo US\$ 494 milhões em moedas conversíveis. Vianna (1990) também afirma que essa retração das exportações em 1952 resultou nesses efeitos em função das seguintes razões:

*A principal fonte de saída de divisas fora da balança comercial eram os fretes pagos na compra e venda de mercadorias. O boom de importações e o desaparecimento dos portos fez com que fosse comum a cobrança de pesadas sobretaxas. O aporte de recursos sob a forma de empréstimos e financiamentos assim como a entrada de investimentos diretos foram extremamente baixos, embora o Brasil, no quadro geral de escassez desses fluxos de capital, estivesse longe de ser desfavorecido. (p. 128)*

Ou seja, a conclusão de Vianna sobre a crise cambial de 1952 é a de que esta teve origem na perda temporária de controle sobre o comércio exterior associada à ocorrência de uma série de fatos não previstos pelas autoridades econômicas: a crise da indústria têxtil mundial tendo efeitos significativos sobre a exportação de algodão; a forte retração de outras exportações (com exceção do café); as despesas adicionais com fretes e imposição de sobrepreços nas importações como conseqüência do próprio crescimento dos atrasados comerciais; além do baixo nível de influxo de capital estrangeiro o qual não contribuiu para amenizar as dificuldades existentes. Enfim, Vianna (1990, p. 128) conclui afirmando que: “A crise cambial correspondeu à fratura de uma das pernas que deveria sustentar o projeto “Campos Sales-Rodrigues Alves”.

Entre 1948 e 1953, segundo Leopoldi (2000, p. 190), os industriais adquiriram o hábito de se queixar das incertezas geradas no setor industrial em função das constantes oscilações nos critérios para concessão de licenças de importação pela CEXIM (Carteira de Exportação e Importação) e COCIE (Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior). Segundo eles, ao longo do período no qual vigorava o regime de licenças prévias, a utilização do critério de essencialidade na política de controle quantitativo das importações apenas nos momentos nos quais eram constatados problemas no balanço de pagamentos, ao invés de permanente, contribuía para tanto. Ao mesmo tempo, isso também evidenciava a dificuldade encontrada pelos industriais na

implementação de uma política industrial efetiva no Brasil, em função da existência de interesses diversos envolvidos na política de importações no Brasil.

De acordo com Leopoldi (2000, p. 191), por um lado, enquanto os industriais queriam proteção cambial com relação aos importados com similares nacionais e câmbio favorável para importação de matérias-primas e bens de capital, por outro, os comerciantes importadores desejavam um câmbio favorável visando facilitar a importação de produtos que atendiam demandas específicas e com renda disponível para tal, como automóveis, por exemplo. Além do próprio governo que guardava para si mesmo uma parte da quota de importações considerada excluída do sistema de licenças prévias.

A manutenção do cruzeiro sobrevalorizado trazia benefícios tanto para os industriais quanto para os comerciantes importadores, de forma que ambos eram beneficiados pela importação a preços mais baixos de suas mercadorias. De fato, enquanto os primeiros eram beneficiados pela importação mais barata de insumos e bens de capital, por outro lado, os segundos se beneficiavam também da importação mais barata de bens voltados para comercialização interna.

Ou seja, a taxa de câmbio sobrevalorizada trazia conseqüências tanto positivas quanto negativas para a indústria nacional. Isso porque, ao mesmo tempo em que beneficiava às fábricas na importação de matérias-primas e bens de produção a preços mais acessíveis, também estimulava a entrada de outros bens que faziam concorrência com os similares já produzidos internamente, comercializados pelos importadores no mercado interno.

Na verdade, dada a manutenção do cruzeiro sobrevalorizado, era a situação do balanço de pagamentos brasileira que determinava se os industriais estavam ou não sendo prejudicados pelo sistema de licença prévia.

Quando a situação do balanço de pagamentos brasileira era positiva, a COCIE e a CEXIM assumiam uma posição de afrouxamento com relação à concessão de licenças de importação. Logo, essas licenças eram concedidas de uma maneira fácil tanto para industriais quanto para comerciantes importadores, ou seja, o critério da essencialidade não era levado tanto em consideração.

Por outro lado, apenas quando a situação do balanço de pagamentos brasileira era negativa, a situação se invertia em favor dos industriais. Ou seja, neste caso, a COCIE e a CEXIM assumiam uma posição mais restritiva com relação à concessão de licenças de importação. Portanto, nessa situação, essas licenças eram concedidas de uma



maneira mais criteriosa tendo em vista a proteção à indústria brasileira, assim, levando mais em consideração o critério da essencialidade. Assim, ocorria uma proteção relativamente maior da indústria brasileira com relação aos produtos similares importados.

Portanto, essa atitude “ambígua” dos órgãos responsáveis pela administração do sistema de licença prévia (CEXIM e COCIE) evidenciava a existência de uma postura indefinida por parte destes com relação ao critério de essencialidade, por sua vez, considerado fundamental pelos industriais tanto para a proteção quanto para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Dado isso, ao longo de 1952, ano no qual o balanço de pagamentos brasileiro se encontrava numa situação desfavorável, industriais tanto paulistas quanto cariocas começaram a se queixar de dificuldades para obtenção de divisas para importação de matérias-primas e bens de capital.

Diante desta situação, A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), ciente das reivindicações deles, decidiu encaminhar a Vargas um plano contendo algumas propostas tanto de curto quanto de médio prazo visando solucionar a questão do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Este documento propunha, entre várias medidas, controle maior sobre importados considerados não essenciais e maior participação dos industriais na elaboração dos acordos comerciais. Segundo Leopoldi (2000; p.189): “Criticando o governo pela “carência de adequada política anticíclica”, os industriais paulistas destacavam como medida fundamental naquela conjuntura: maior controle das importações, seguindo o “critério da essencialidade” (...)”

Ao mesmo tempo, Euvaldo Lodi, presidente da CNI (Confederação Nacional das indústrias), defendeu a idéia de que deveriam existir políticas de estímulo ao crescimento industrial e de controle das importações de acordo com os critérios de essencialidade permanente, ao invés de somente nos períodos em que havia escassez de dólares. Na verdade, Lodi estava criticando o sistema de licença prévia baseado na premissa de que este apenas protegia as indústrias em momentos considerados circunstanciais como, por exemplo, de desequilíbrio do balanço de pagamentos. Em Leopoldi (2000; p.190): “Usando linguagem da Cepal, Lodi sustentava que a licença prévia deveria estar vinculada a um “programa de desenvolvimento” que efetivasse as “transformações estruturais” que levariam à superação dos “desequilíbrios externos.”

## II. 6 – Crise Cambial de 1953

A Guerra da Coréia exerceu grande influência sobre o Congresso quando esta decidiu sobre a ocorrência ou não de modificação do sistema de licença prévia. De fato, segundo Leopoldi (2000; p.186): “Em 1951, quando do reexame da licença prévia pelo Congresso, a FIESP voltou a oferecer sugestões. Porém, o Legislativo estendeu por mais dois anos este regime cambial, sem modificações, pressionado pela insegurança trazida pela Guerra da Coréia.”

A Guerra da Coréia teve início, efetivamente, em 1951. Na época, embora ainda considerada como um conflito de pequenas proporções, mesmo assim, acabou gerando expectativas muito grandes sobre a possibilidade de desencadeamento num novo conflito de ordem internacional, assim como as duas primeiras guerras mundiais. Por conta disso, ocorreu um maior afrouxamento na política de concessão de licenças para importação visando garantir o suprimento de matéria-prima, combustível e máquinas no caso de agravamento do conflito bélico já existente, independente de haver ou não problemas no balanço de pagamentos. Todavia, esse repentino aumento da demanda por importações acabou resultando numa balança comercial mais deficitária e gerou escassez de divisas.

Entre o ano que antecedeu a crise (1952) e aquele no qual a crise eclodiu (1953), tanto o governo quanto os industriais chegaram à conclusão de que o sistema de controle existente, diretamente sobre as importações e pela taxa de câmbio fixa, não satisfazia seus interesses e nem mantinha o equilíbrio do balanço de pagamentos. Em 1952, a diminuição das exportações e elevação das importações aumentou o déficit da balança comercial, já bastante desequilibrado desde o ano anterior. Em 1953, uma crise geral na indústria foi gerada pela inexistência de divisas suficientes para importar matéria-prima e bens de capital associada à existência de greves de trabalhadores industriais tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A CEXIM parou de conceder licenças de importação e ocorreu racionamento no fornecimento de energia às indústrias, além de suspensão do trabalho nestas em decorrência de uma crise de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Segundo Leopoldi (2000, p. 195), o ano da crise (1953) foi marcado também por mudanças na política cambial. A “Lei do Câmbio Livre”, como foi denominada pela FIESP, transferia para o mercado livre as seguintes operações cambiais: exportações, pagamentos de serviços e amortizações e remessas de lucros, assim, diminuindo o

número de operações realizadas pelo mercado oficial. Com isso, era esperado tanto um aumento da remuneração dos exportadores quanto dos fluxos de exportação, além de uma diminuição da insegurança por parte dos investidores estrangeiros na aplicação de capitais aqui no Brasil. Enfim, essa nova medida beneficiava principalmente os setores ligados à exportação e ao capital estrangeiro.

Ainda de acordo com Leopoldi (2000, p. 195), no entanto, a FIESP se manifestou contrária com a decisão de as importações também serem efetuadas pelo câmbio livre porque, de acordo com ela, como o dólar no mercado livre custava quase o dobro do que no mercado oficial, isso provocava um aumento no custo de produção.

Ao mesmo tempo, tanto a FIESP quanto a FIRJ (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) criticavam as listas de produtos licenciáveis pela taxa oficial elaboradas pela SUMOC. Os paulistas, em especial, afirmavam que todas as indústrias tinham grande dependência de produtos essenciais e, portanto, todas deveriam possuir o direito de importar estes pelo câmbio oficial. Assim, continuava a batalha da FIESP contra o dólar mais caro no câmbio livre procurando, através do câmbio oficial, tanto proteger quanto subsidiar as importações industriais. Ao mesmo tempo, defendia a manutenção da licença prévia, considerada um “mal necessário”, a qual vigoraria enquanto não tivesse sido ainda implantada uma tarifa de caráter efetivamente protetor da indústria. Segundo Leopoldi (2000):

*Para a associação dos industriais paulistas, como também para o presidente da FIRJ e da CNI (Euvaldo Lodi), a solução do problema cambial se faria a partir da combinação de uma tarifa alfandegária com uma taxa cambial igualmente protetora da indústria. Só assim se poderia abrir mão dos controles quantitativos das importações (licença prévia). (p.196)*

Segundo Leopoldi (2000, p. 197), foi realizada em São Paulo, durante o segundo trimestre de 1953, uma reunião visando debater a conjuntura econômica e elaboração de propostas de curto prazo a serem enviadas para o governo. As conclusões dessa 1ª Reunião Plenária da Indústria apresentavam ênfase em questões conjunturais importantes: escassez de divisas cambiais, dificuldades para obtenção de licenças de importação junto à CEXIM, ausência de energia elétrica suficiente para a atividade industrial em São Paulo e no Rio de Janeiro, greves operárias nessas duas áreas, além do andamento do processo de tramitação da lei orgânica da previdência social no Congresso.

Essa reunião se deu em meio a uma crise política no Segundo Governo Vargas. Dentro desse contexto no qual o ministério havia sido trocado e pairavam grandes incertezas sobre o futuro político do Brasil, era necessário que os industriais, por meio

dessa reunião, definissem sua unidade e identidade. Mais do que isso, era preciso que eles definissem suas posições com relação às propostas a serem apresentadas pelo novo ministério no que dizia respeito ao desenvolvimento industrial brasileiro, além de apresentar uma série de recomendações.

Enfim, de acordo com Leopoldi (2000, p. 198), enfim, os industriais queriam suporte financeiro e cambial por parte do governo, a fim de que as importações de bens de capital e matérias-primas, consideradas essenciais para a produção industrial, não fossem seriamente prejudicadas pela escassez de divisas, além de defenderem a necessidade de controle do equilíbrio da balança comercial principalmente pelas importações segundo o critério da essencialidade. A proteção cambial e o reequipamento industrial eram os aspectos mais relevantes do conjunto de propostas apresentado pelos industriais.

Além disso, existiam muitas recomendações com relação à política cambial, com destaque para algumas apresentadas a seguir, segundo Leopoldi (2000, p. 198-99): reforma da CEXIM através de sua descentralização burocrática e regional com o objetivo de facilitar o processo de concessão de licenças de importação. Exigência de maior participação dos industriais nas instituições governamentais responsáveis pelas políticas cambiais e de comércio exterior, ou seja, era exigida maior consideração com relação à opinião das “classes produtoras” no que diz respeito às decisões de licenciamento das importações.

Com relação à política industrial propriamente dita, Leopoldi (2000, p. 199-200) relata que os industriais também apresentavam um grande número de propostas relativas à importação de máquinas e implantação de novas indústrias, embora, segundo eles, estas devessem respeitar algumas condições: caráter essencial da produção industrial, volume de investimento já existente e contenção de divisas dado o empreendimento. Assim, o objetivo dos industriais era tomar decisões junto ao governo com relação a esses requisitos.

Enfim, a instituição da Instrução 70 da SUMOC, ainda no final de 1953, foi um dos principais resultados dessas reivindicações. A Instrução 70 consistiu na substituição do regime cambial até então existente pelo sistema de taxas múltiplas de câmbio. O sistema múltiplo de câmbio estabeleceu taxas cambiais diferenciadas entre os produtos importados segundo o critério da essencialidade e beneficiou as indústrias brasileiras em dois sentidos, dado que, não somente favoreceu a importação de insumos e bens de

capital como também dificultou a importação de bens com similares produzidos internamente.

## II. 7 – Instrução 70 da SUMOC

Segundo Leopoldi (2000, p. 201), a SUMOC instituiu, em outubro de 1953, a Instrução 70 responsável por transformações significativas tanto na política cambial quanto no regime de importações existentes. Através do estabelecimento de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, as importações passaram a ser classificadas em cinco categorias distintas, cada uma correspondente a uma taxa de câmbio específica que se distinguia das demais de acordo com o grau de essencialidade atribuído à mercadoria importada.

De acordo com Leopoldi (2000, p. 201-02), as operações cambiais passaram a ser feitas por uma nova organização. A CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), nesse sentido, substituiu a CEXIM que foi extinta na mesma ocasião. Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil retomou o monopólio cambial perdido desde a implantação do mercado livre de câmbio em janeiro de 1953. A distribuição de divisas, por sua vez, passou a ser feita pelos leilões da Bolsa de Valores espalhados por várias cidades brasileiras, ao invés de serem realizadas por um único órgão, como acontecia outrora.

Ao mesmo tempo, ocorreu a extinção do controle quantitativo das importações e substituição deste pelo regime de leilões cambiais em bolsa de fundos públicos do país. O regime de leilões de câmbio era baseado no comércio de PVC (Promessas de Venda de Câmbio) as quais, uma vez adquiridas no pregão público das bolsas, permitiam ao importador a aquisição de câmbio no valor e moeda estipulados.

A PVC adquirida por um importador deveria ser encaminhada ao Banco do Brasil em um prazo de cinco dias. Mediante o pagamento de um ágio, o importador recebia o certificado cambial que lhe dava o direito de obter uma licença de importação após a verificação do preço da mercadoria a ser importada. De acordo com Vianna (1987):

*De posse da PVC e da licença de importação, o comprador podia adquirir câmbio à taxa oficial em qualquer banco autorizado, no valor da operação licenciada, ficando com direito à restituição do correspondente à diferença não utilizada. As PVC eram vendidas, em princípio, em lotes de US\$1 mil, US\$ 5 mil e US\$ 10 mil. (p. 104)*

Os principais objetivos desse novo sistema cambial eram: equilíbrio do balanço de pagamentos, controle e seleção das importações e contenção da inflação. Em suma,

deveria funcionar como uma medida provisória que, de acordo com o governo, tão logo seria substituída por um sistema de tarifas aduaneiras em tramitação desde 1951.

Além disso, a política cambial atuou como uma espécie de tarifa flutuante. Enquanto não existia ainda uma tarifa dinâmica capaz de proteger a economia brasileira não somente da inflação interna como também das oscilações dos preços internacionais, essa função era desempenhada pelos leilões cambiais, responsáveis pela seleção das importações de acordo com o princípio da essencialidade.

O sistema de leilões cambiais classificava as importações em cinco categorias diferentes de acordo com o critério de maior ou menor essencialidade. Segundo Vianna (1987, p. 104), isso contribuía para dar uma maior proteção à indústria “na medida em que o surto de investimentos dos anos anteriores permitia esperar que a produção doméstica tornasse certas importações industriais menos essenciais.”

A indústria nacional era beneficiada pela cobrança de ágios maiores sobre importados classificados como não essenciais, ou seja, importações de produtos similares ficavam mais caras do que estas mesmas mercadorias quando produzidas internamente, assim a indústria nacional ficava protegida. Ao mesmo tempo, a indústria brasileira também se beneficiava da cobrança de ágios menores sobre importações classificadas como essenciais. A taxa de câmbio relativamente menor nesses casos facilitava a importação de máquinas e matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Por conta disso, a proteção da indústria nacional em relação aos importados com similares produzidos internamente passou a depender profundamente desse mecanismo. Ademais, a cobrança de ágios mais baixos na importação de produtos classificados como essenciais representava, no final das contas, um subsídio às importações de matérias-primas e bens de capital dos próprios industriais, além de outras importações realizadas fora do sistema de leilões, muitas vezes, inclusive com taxas cambiais ainda mais favoráveis. De acordo com Leopoldi (2000):

*No entanto, a crítica a certas políticas do governo Getúlio Vargas não significava a condenação de toda a sua política econômica, pois, a despeito das queixas, a política cambial efetivamente estava produzindo os efeitos positivos para a indústria. O balanço comercial a partir de 1953 acusou uma melhoria, o controle das importações via Instrução 70 mostrou-se mais efetivo que o sistema de licença prévia. Cada vez mais tendia-se a importar produtos essenciais em lugar dos supérfluos, o que indicava que o critério de essencialidade, reivindicação freqüente dos industriais no período da licença prévia, estava sendo implementado via política cambial. (p.210)*

Assim, a política econômica adotada a partir de 1953, resultante de fatores externos e internos, e inclusive da pressão exercida pelos industriais sobre o governo,

foi responsável pela realocação dos escassos recursos cambiais existentes para uma política baseada na combinação de essencialidade e seletividade das importações.

Uma característica marcante da política cambial adotada durante esse período foi o fato desta ter assumido uma grande quantidade de funções desempenhadas tradicionalmente por outras áreas. Teve papel importante em termos de redistribuição porque promoveu a transferência de recursos entre os vários setores da economia e, dada a inexistência de uma tarifa protecionista, a política cambial funcionou como instrumento efetivo de proteção à indústria, pelo menos até a morte de Vargas em 1954.

Leopoldi (2000; p. 214) relativiza a postura de alguns economistas que acentuam o caráter não intencional do protecionismo cambial à indústria. Em sua avaliação, esses intérpretes ignoram a participação dos industriais na formulação dos critérios de essencialidade das importações e das taxas múltiplas de câmbio em 1953, enfatizando apenas o peso da burocracia do Estado e da conjuntura internacional durante esses processos.

Ou seja, para Leopoldi, embora tenha aumentado a capacidade de regulação do Estado na área cambial, o aparato burocrata estatal contou fortemente com a colaboração de outros setores econômicos, principalmente dos industriais, durante o período analisado. De acordo com Leopoldi (2000):

*Assim, o trabalho conjugado dos industriais com a Cexim, a Cocie e, após a Instrução 70, com a Sumoc, no sentido de indicar as importações essenciais para a indústria, bem como o intenso lobby da FIESP e da CNI sobre o Congresso quando da discussão de medidas cambiais são evidências inegáveis da presença da indústria na elaboração da política cambial do período 1947-54. (p.215)*

De fato, ao longo deste período, existe uma grande quantidade de arquivos das federações industriais relatando as freqüentes reuniões entre a liderança industrial e as autoridades governamentais responsáveis pela política econômica no que diz respeito, principalmente, ao desenvolvimento de políticas cambiais tendo em vista, particularmente, o desenvolvimento industrial interno.

De fato, a tese de que os industriais permaneceram passivos com relação aos principais rumos tomados pela política econômica durante o período analisado é fraca em seus fundamentos. Entre 1949 e 1953, a política econômica e, conseqüentemente, a política cambial foram ambas dirigidas por dois importantes industriais que ocuparam o Ministério da Fazenda. Em 1953, quando ocorreu o lançamento da Instrução 70 pela SUMOC, o diretor executivo dessa superintendência era um industrial do Rio de Janeiro. O Banco do Brasil foi presidido, entre 1951 e 1953, pelo industrial paulista

Ricardo Jafet. Sem contar os vários representantes industriais presentes na COCIE, na Comissão de Desenvolvimento Industrial, na Comissão Revisora de Tarifas e na Assessoria Econômica de Vargas. Segundo Leopoldi (2000):

*O estilo conciliatório do governo Vargas, tentando contrabalançar o atendimento às demandas dos setores dominantes com as pressões da conjuntura externa e dos setores populares, foi também destacado neste capítulo, para evidenciar como existia de fato um apoio da burguesia industrial (principalmente da grande burguesia de São Paulo) às políticas de industrialização e ao protecionismo cambial do governo Vargas. A indústria foi grande beneficiada da política de restrição às importações, especialmente depois da Instrução 70. (p.215)*

Enfim, isso conclui o objetivo deste capítulo de apresentar os principais fatores responsáveis pela instituição da Instrução 70 da SUMOC dentro do Segundo Governo Vargas. Além disso, como esse capítulo também foi responsável tanto por explicitar as principais características da Instrução 70 quanto descrever seus efeitos gerais sobre o desenvolvimento industrial brasileiro ao longo da reta final do Segundo Governo Vargas. O capítulo seguinte tem como principal objetivo o exame mais concreto da eficácia dessas medidas para setores industriais específicos da indústria brasileira.



### **CAPÍTULO III. Os Efeitos da Instrução 70 para o Desenvolvimento de Indústrias Específicas no Brasil**

O objetivo deste capítulo é analisar os efeitos da Instrução 70 em indústrias específicas brasileiras. A primeira seção faz uma breve introdução sobre a situação da indústria brasileira no início dos anos 50. A segunda seção apresenta considerações básicas sobre as análises que serão feitas nas seções seguintes. As quatro últimas seções analisam detalhadamente os efeitos positivos da Instrução 70 para quatro indústrias brasileiras (aço, alumínio, papel, pavimentação e construção de estradas).

#### **III. 1. – A Indústria no Início dos Anos 50**

O estímulo governamental ao crescimento industrial que se manifestava fortemente desde a 2ª Guerra Mundial continuou existindo com maior intensidade nos anos 50 consistindo, principalmente, em facilidades para obtenção de empréstimos e aquisição de insumos e bens de capital. Segundo Malan (1980):

*O sistema de licenciamento das importações em particular - adotado principalmente com o propósito de racionar e dar melhor uso à moeda estrangeira disponível – foi crescentemente utilizado com a finalidade de promoção do desenvolvimento industrial (...) E sua substituição, em outubro de 1953, através da passagem da Instrução nº 70 da SUMOC, só viria reforçar estas linhas (p. 403)*

Ainda de acordo com Malan (1980, p. 403), mesmo com as grandes dificuldades encontradas pelos industriais para obtenção de recursos em divisas voltadas para a importação de matérias-primas e bens de produção, principalmente entre os anos de 1952 e 1953, o Segundo Governo Vargas prosseguiu sua política governamental pró-industrialização.

O Segundo Governo Vargas não era baseado num projeto de governo definido, como o Plano Salte de Dutra ou de Metas implantado por Juscelino Kubistchek em administração imediatamente posterior ao segundo mandato Vargasista. Mesmo assim, Leopoldi (1994, p. 172) afirma que “as diretrizes básicas do seu governo estão nas mensagens que ele apresentava anualmente ao Congresso e ao país, enumerando as realizações de sua política industrial e anunciando as novas propostas.” Nessas mensagens aparecem, principalmente, as propostas de expansão dos setores industriais relacionados à siderurgia, metalurgia e transportes. Segundo Leopoldi (1994):

*Na área siderúrgica, as mensagens anunciavam a duplicação da capacidade de produção da Companhia Vale do Rio Doce, a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, o estímulo às empresas privadas de aços especiais e o incentivo à instalação da Usina Siderúrgica alemã Mannesmann, que Vargas chegou a inaugurar pouco antes de sua*

*morte, em agosto de 1954. Durante seu governo, foram também incentivadas duas outras grandes siderúrgicas: a Acesita (pertencente ao Banco do Brasil) e a Belgo – Mineira. (p.173)*

Ainda de acordo com Leopoldi (1994, p. 174), em relação à política de transportes, as mensagens de Vargas comentavam, particularmente, sobre o reequipamento do sistema de transportes marítimo fluviais, ferroviários e de pavimentação de rodovias. De maneira que, as indústrias de asfalto e laminação de metais e metalurgia seriam alguns dos setores industriais internos que acabariam sendo estimulados por esse desenvolvimento do setor de transportes.

### III. 2. – Considerações sobre as Análises

Entre 1951 e 1953, fatores como o afrouxamento da política de concessão de importações, a queda expressiva das exportações brasileiras, a elevação dos encargos com serviços não financeiros relativos à balança comercial, além da realização de investimentos externos americanos no Brasil num nível muito aquém do esperado, resultaram num período do Segundo Governo Vargas caracterizado pela contínua escassez de cambiais. Isso, por sua vez, implicou na dificuldade encontrada pelos industriais para importar matérias-primas e máquinas necessárias não apenas para o aumento como também manutenção do nível de produção de suas unidades produtivas.

Por conta disso, a situação somente se inverteu em favor dos industriais a partir de 1954 com a Instrução 70. O sistema de leilões cambiais permitiu que os industriais fossem beneficiados com a importação de insumos e bens de capital a preços mais baixos em função da cobrança de ágios menores sobre estes classificados nas categorias essenciais de importação. Em função disso, algumas indústrias tiveram a oportunidade também de aumentar o nível de produção de suas mercadorias como, por exemplo, as indústrias de aço, alumínio, papel, pavimentação e construção de estradas.

Cada seção descreve o processo produtivo de uma indústria e cada subseção faz a descrição de uma etapa de produção (exemplo: seção indústria do aço é subdividida nas subseções de preparação de carga, redução, refino e laminação). De forma que, ao longo dessas descrições, nas quais são citados tanto os insumos e bens de capital necessários para a realização da produção quanto os produtos finais resultantes, é feita também a análise da variação percentual destes durante os anos do Segundo Governo Vargas.

As análises de variação percentual são acompanhadas de ilustrações gráficas com os números de volume físico, por sua vez, ilustrados na forma de barras, dos respectivos insumos e bens de capital importados, assim como dos produtos gerados pela utilização destes. De fato, com relação a esses dois instrumentos de análise, um numérico e outro gráfico, é importante fazer algumas considerações importantes.

A primeira diz respeito à limitação de anos presente nos gráficos e, conseqüentemente, nos dados percentuais. Este limite está situado entre os anos de 1951 e 1954 porque o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da Instrução 70 sobre o desempenho da indústria brasileira ao longo do Segundo Governo Vargas o qual, por sua vez, corresponde exatamente a esse intervalo de tempo.

Em segundo lugar, as variações percentuais e as diferenças de tamanho entre as barras dos gráficos não seguem nenhum padrão de semelhança entre si quando o período analisado está compreendido entre 1951 e 1953. No entanto, todos eles apresentam indícios de retração ou estagnação, no período analisado, dos insumos e bens de capital importados e dos produtos gerados internamente pela utilização destes. Por outro lado, todos os mesmos dados referentes ao ano de 1954 quando comparados, pelo menos, com relação ao ano imediatamente anterior (1953), indicam uma recuperação dos mesmos índices, seja esta pouco ou muito significativa.

Essa segunda consideração sugere os efeitos positivos proporcionados pela Instrução 70 a qual, embora instituída ainda em outubro de 1953, teve seus efeitos reais sobre a indústria brasileira constatados apenas no ano de 1954, último ano do Segundo Governo Vargas.

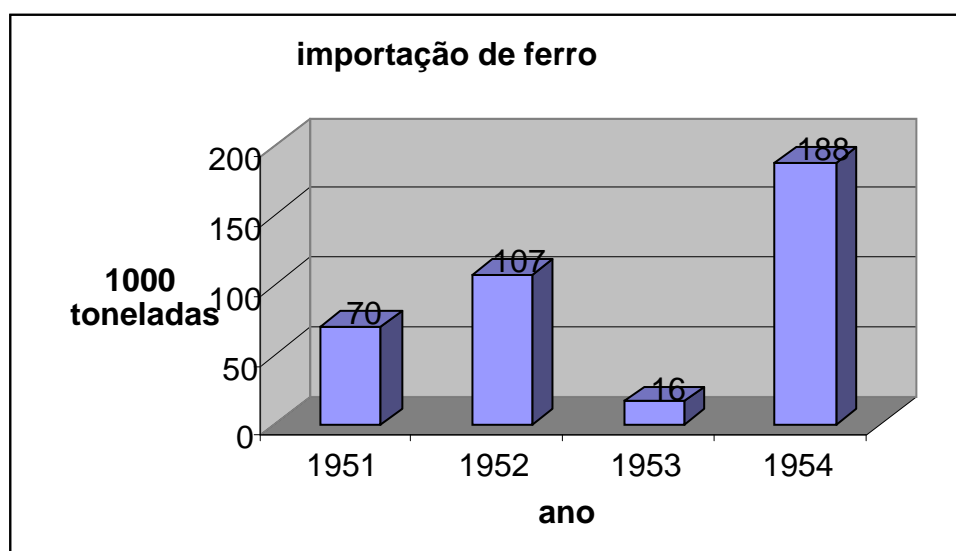
Isso pode ser evidenciado a partir da análise dos dados de produção industrial e importação, ambos em volumes físicos, contidos nos Relatórios do Banco do Brasil (RBB) com o auxílio das informações fornecidas por sites da internet específicos sobre cada uma das indústrias analisadas.

### III. 3. – A Indústria do Aço

A produção de **aço** é dividida basicamente em quatro etapas: preparação de carga, redução, refino e laminação. Grande parte das informações sobre o assunto foi obtida a partir do site do IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia).

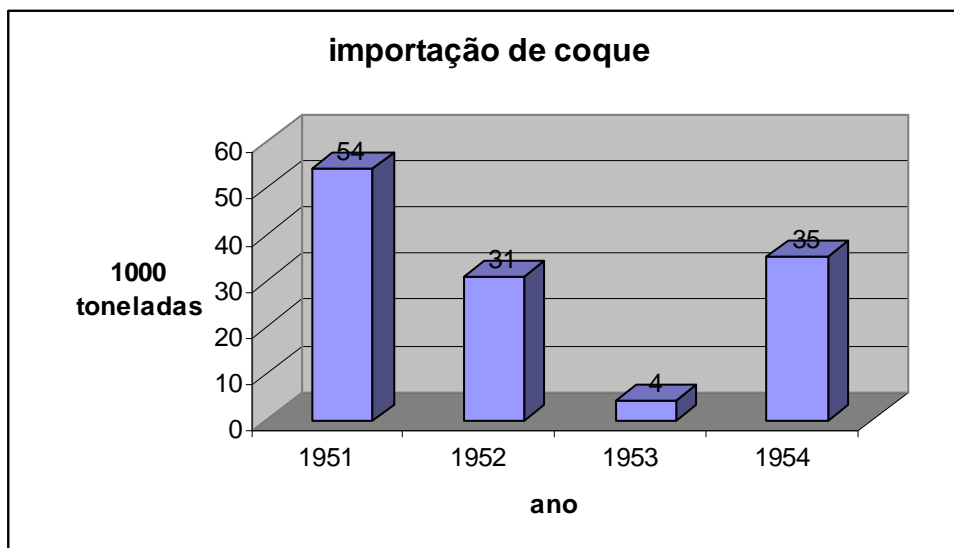
A primeira etapa, responsável pela preparação da carga para a etapa seguinte que é a redução, é baseada na aglomeração de grande parte dos finos de minério de **ferro** disponíveis por meio da utilização de cal e finos de **coque** (carvão aglomerado). Antes mesmo disto ocorrer, é possível conferir maior durabilidade ao ferro através do processo de zincagem. Este consiste na combinação do ferro com o **zinco**, assim, prevenindo a corrosão do ferro, dado que o zinco atua como uma barreira protetora que evita a penetração de ar atmosférico e de água no meio, além de sofrer corrosão antes do ferro.

A importação de **ferro** seguiu uma trajetória pouco uniforme entre 1951 e 1954. A importação desses insumos, entre 1951 e 1952, apresentou uma elevação significativa de 53%. Por outro lado, entre 1952 e 1953, sofreu uma queda ainda mais expressiva da ordem de 85%. Enfim, entre 1953 e 1954, ocorreu novamente uma notória elevação, dessa vez de 1075%. Enfim, a importação de 1954 acabou ficando 166% maior do que a de 1951.



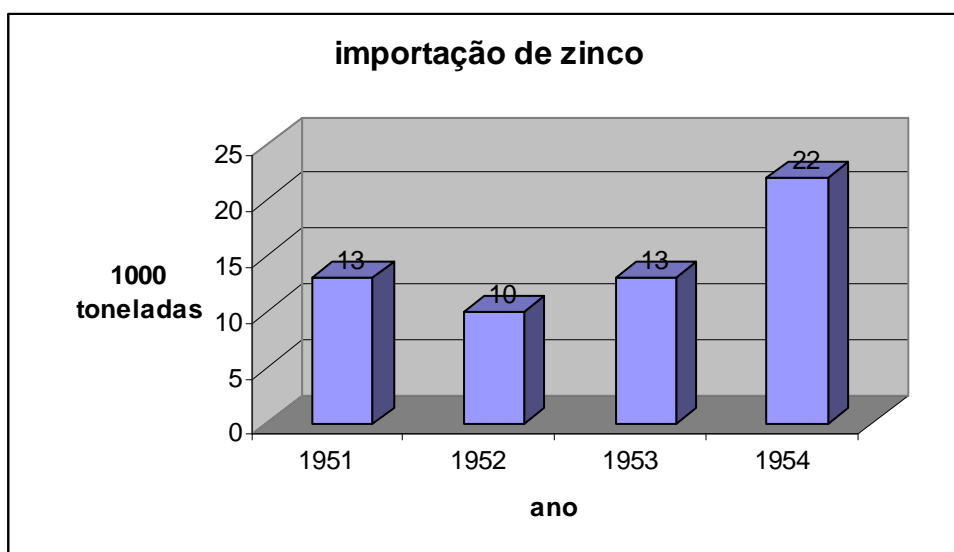
Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (397), 1954 (p.411)

A importação de **coque** apresentou sucessivas reduções entre 1951 e 1953, e apenas mostrou um retorno extremamente significativo de seu aumento a partir de 1954. Entre 1951 e 1952, sofreu uma diminuição de 43%. Entre 1952 e 1953, continuou apresentando um decréscimo ainda mais expressivo de 87%. Apenas em 1954 voltou a apresentar um aumento de 775% com relação ao volume de 1953.



Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

A importação de **zinco** alternou altos e baixos durante o período analisado. Entre 1951 e 1952, apresentou uma queda de 23%. Entre 1952 e 1953, voltou a apresentar um crescimento de 30%. Entre 1953 e 1954, o crescimento foi ainda mais significativo da ordem de 69%. Enfim, o volume de importações desse insumo em 1954 acabou ficando também 69% maior do que o verificado em 1951.

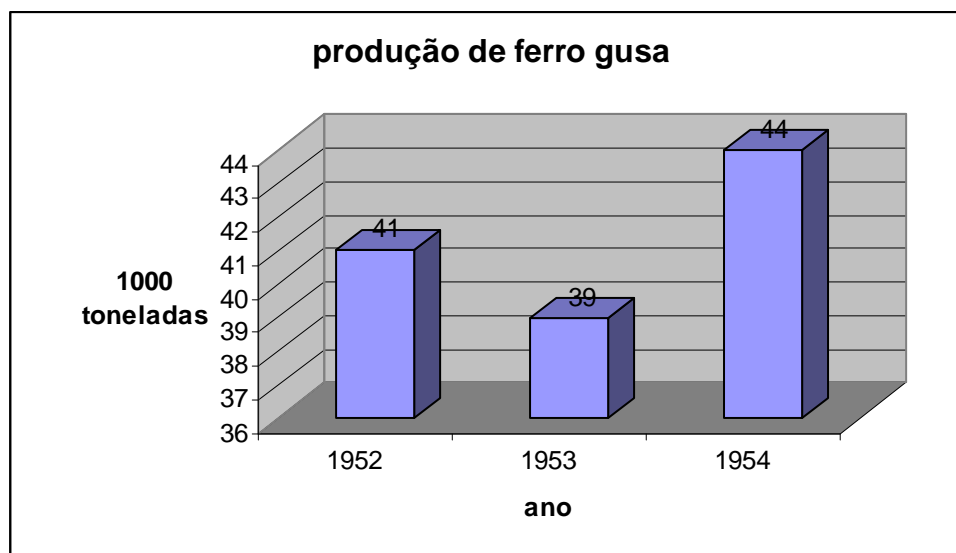


Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

A segunda etapa corresponde à redução, compreendendo o carregamento dessas matérias primas, agora preparadas, para o alto forno. O oxigênio aquecido a uma temperatura extremamente elevada (cerca de 1000°C) emana da parte de baixo do alto forno e entra em contato com o coque. Esse processo produz calor que funde a carga

metálica e resulta na redução do minério de ferro em um metal líquido, o **ferro gusa**. Após a redução, o ferro gusa é levado para a aciaria onde será transformado em aço através do refino.

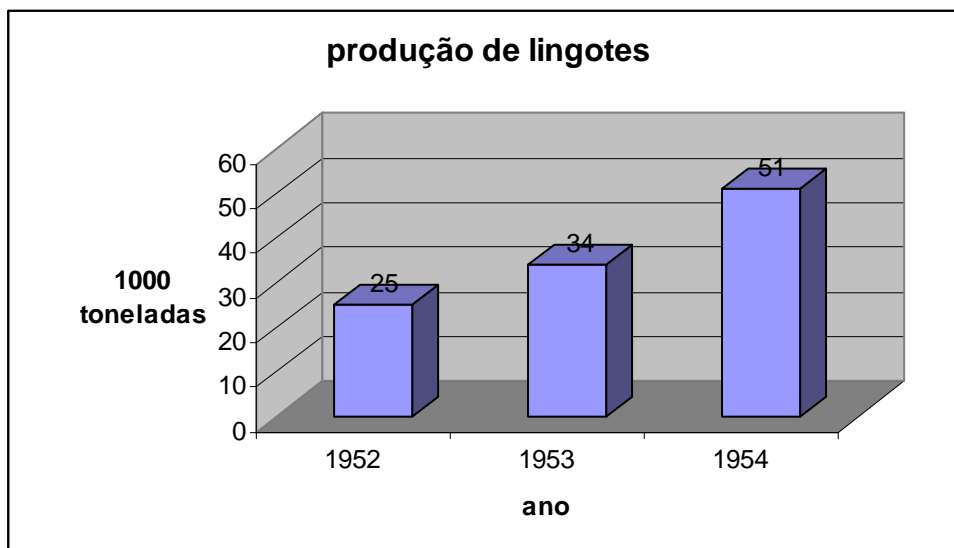
A produção de ferro gusa sofreu uma diminuição de 5% entre 1952 e 1953, mas essa redução foi compensada entre 1953 e 1954. De fato, não somente a produção de 1954 foi 13% maior do que a de 1953 como também superou a de 1952 em 7%.



Fonte: RBB 1955 (p.13)

A terceira etapa é a refinação. Durante este processo, o ferro gusa, ainda em estado líquido, é transformado em aço líquido mediante a queima de impurezas e adição de outras substâncias nas aciarias. Em seguida, grande parte do aço líquido é solidificada em máquinas de lingotamento contínuo resultando na produção de semi-acabados, **lingotes** e blocos os quais, por sua vez, serão transformados em outros produtos através do processo de laminação.

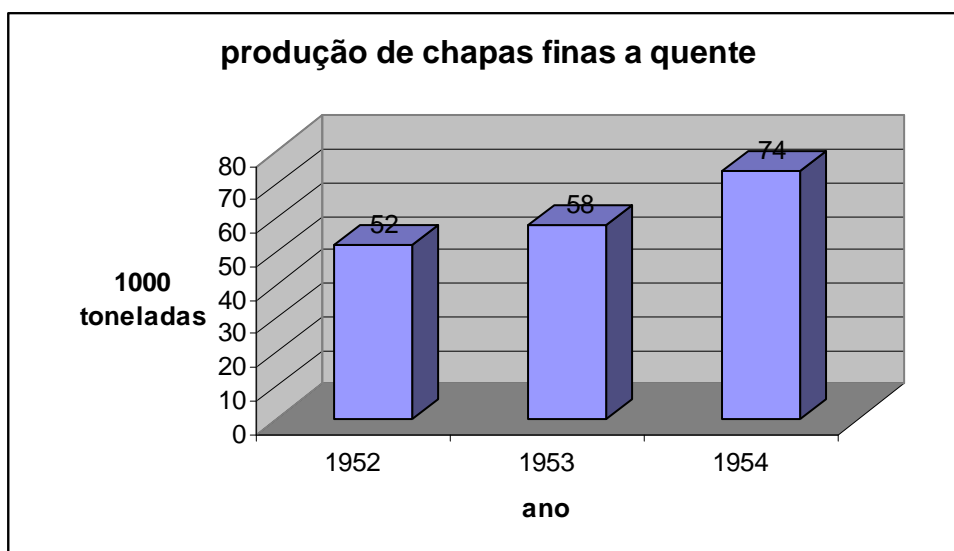
A produção de lingotes teve um aumento de 36% entre 1952 e 1953, mas apresentou um crescimento ainda maior de 50% entre 1953 e 1954. No final das contas, a produção de 1954 acabou ficando 104% maior do que a de 1952.



Fonte: RBB 1955 (p.13)

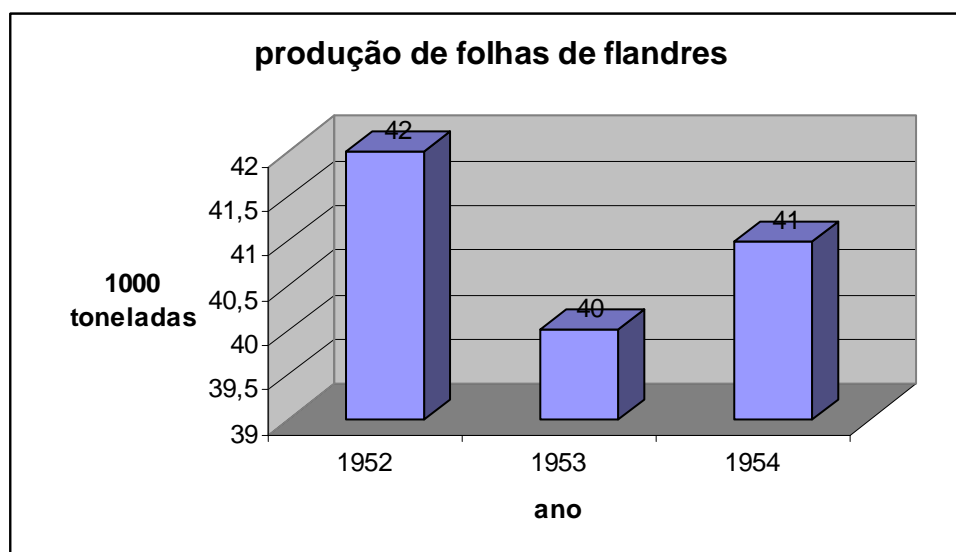
A última etapa é a laminação. Nesta os produtos resultantes da solidificação do aço (semi-acabados, lingotes, blocos) são novamente processados por equipamentos laminadores, sofrendo uma deformação mecânica e sendo transformados em produtos siderúrgicos utilizados na indústria de transformação, como **chapas finas a quente**, barras e perfilados e bobinas (**folhas de flandres**).

A produção de chapas finas a quente apresentou um aumento de 12% entre 1952 e 1953, mas um aumento maior de 28% entre 1953 e 1954. No final das contas, a produção de 1954 acabou ficando 42% maior do que a de 1952.



Fonte: RBB 1955 (p.13)

A produção de folhas de flandres apresentou uma queda de 5% entre 1952 e 1953 e uma retomada do crescimento entre 1953 e 1954. De forma que a produção de 1954 apresentou um aumento de 3% com relação à de 1953.

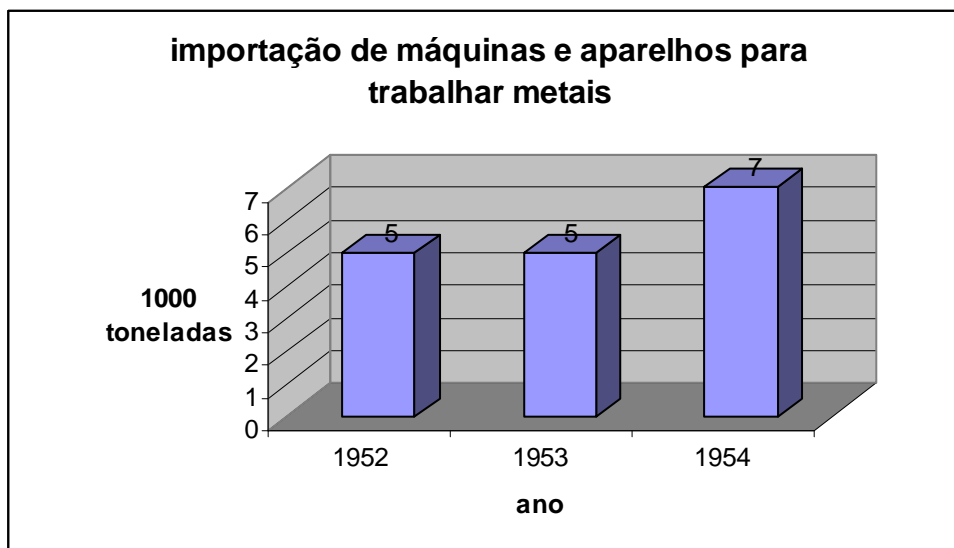


Fonte: RBB 1955 (p.13)

É importante destacar o papel desempenhado, ao longo das duas últimas etapas, pelas **máquinas e equipamentos metalúrgicos** como linhas e laminadores metalúrgicos (máquinas automáticas de corte correto e de acabamento) e componentes e peças sobressalentes (rolos para laminação), **máquinas ferramentas** como tornos mecânicos, além de demais **ferramentas e utensílios para máquinas**.

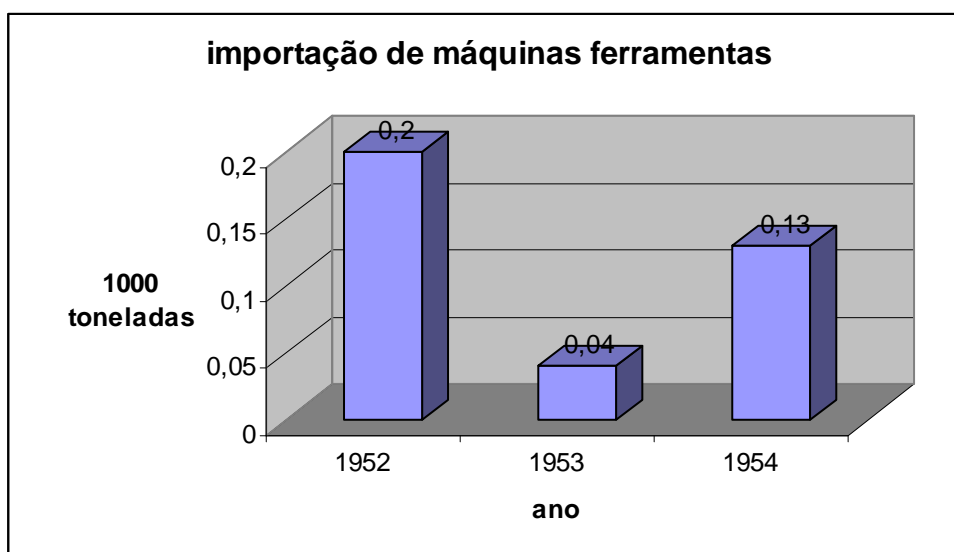
A importação de máquinas e equipamentos metalúrgicos se manteve estável entre 1952 e 1953, somente apresentando uma elevação de 40% de seu volume no período seguinte, compreendido entre 1953 e 1954.





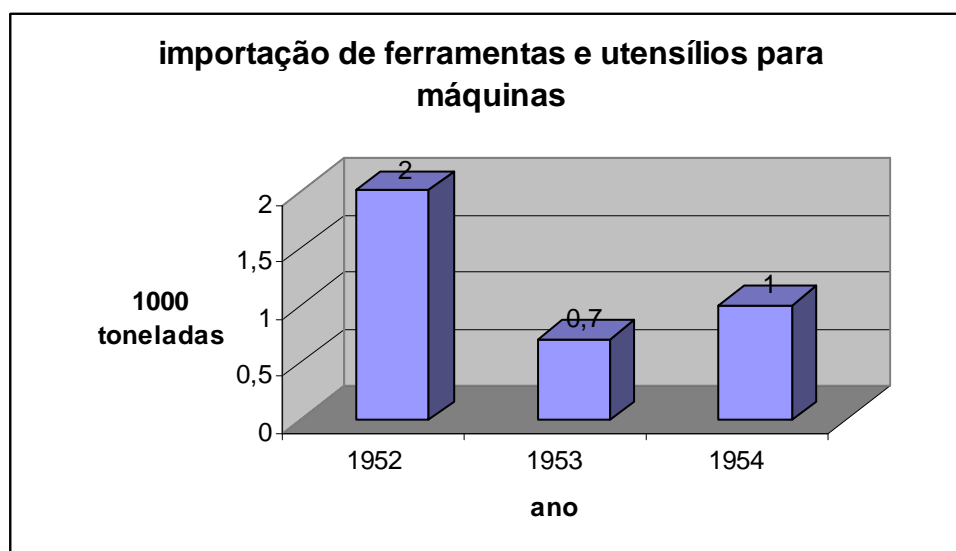
Fonte: RBB 1953 (p.399), 1954 (p.413)

A importação de máquinas ferramentas obteve uma expressiva recuperação em 1954 após ter sofrido uma queda também acentuada em 1953. Entre 1952 e 1953, apresentou uma redução significativa de 80%. Em 1954, recuperou em 225% a queda com relação a 1953.



Fonte: RBB 1953 (p. 400), 1954 (p.414)

A importação de ferramentas e utensílios para máquinas obteve uma recuperação em 1954 após ter sofrido uma queda acentuada em 1953. Entre 1952 e 1953, apresentou uma redução significativa de 65%. Em 1954, recuperou em 43% a queda com relação a 1953.



Fonte: RBB 1953 (p. 397), 1954 (p. 411)

### III. 4. – A Indústria do Alumínio

O alumínio não é encontrado diretamente na natureza. Sua obtenção é resultado de várias etapas que envolvem desde a extração de bauxita, passando pela retirada de alumina desta a qual, por sua vez, é transformada em alumínio metálico. Grande parte das informações sobre o assunto foi obtida pelos seguintes sites: ABAL (Associação Brasileira do Alumínio) e ALCOA (Aluminum Corporation of America)

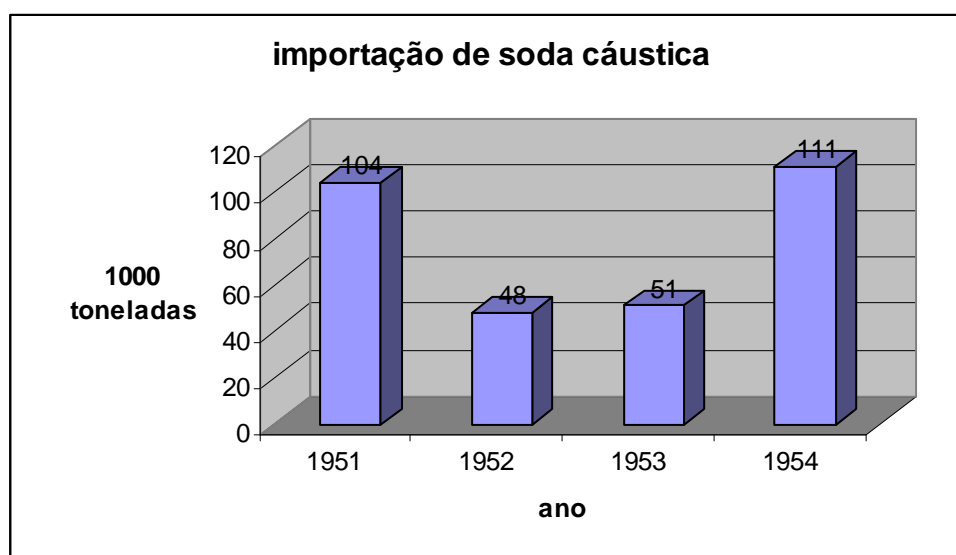
Primeiramente, é feita a mineração da bauxita. Este trabalho deve ser feito de maneira cuidadosa, promovendo a remoção da terra fértil sobre as jazidas juntamente com a vegetação com o objetivo de reservá-la para o futuro trabalho de recomposição do terreno. Em seguida, a bauxita é transportada para a indústria onde se dará início uma série de reações químicas que resultarão na produção do alumínio.

A bauxita, ainda em seu estado natural, é moída e acrescida de uma solução de **soda cáustica** que a transforma em pasta. Enquanto continua recebendo novas quantidades de **soda cáustica**, essa pasta é aquecida sob pressão em caldeiras utilizando grandes quantidades de **óleo combustível** resultando numa solução pronta para passar por processos de sedimentação e filtragem, de forma que essas etapas são necessárias para a eliminação de impurezas.

A alumina (óxido de alumínio) contida na solução restante é extraída por precipitação e lavada a seco por aquecimento novamente utilizando grandes quantidades de **óleo combustível**. Assim, é obtida a alumina sob a forma de pó branco e refinado

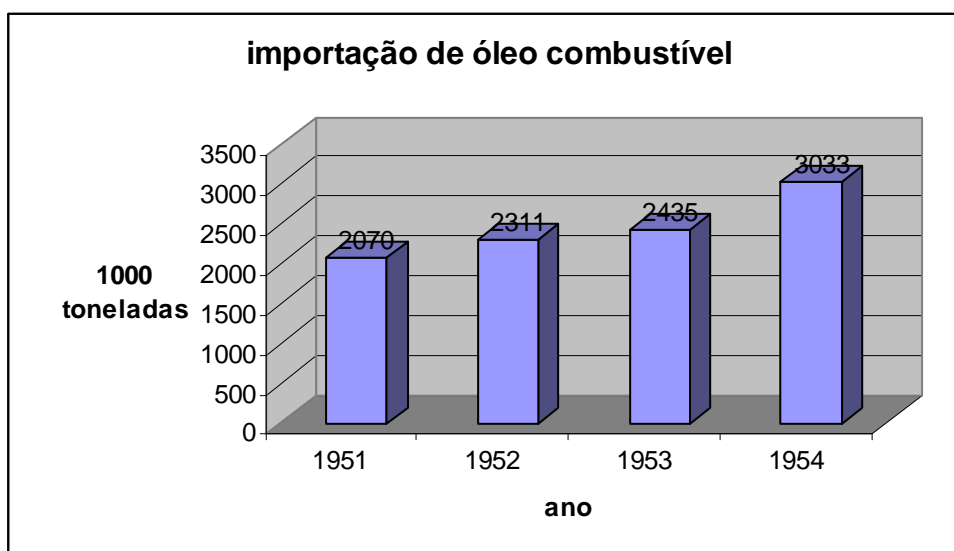
com aspecto semelhante ao do açúcar. Uma vez obtida à alumina, o passo seguinte é a transformação desta em alumínio metálico por meio da eletrólise.

A importação de soda cáustica sofreu uma brusca diminuição em 1952, seguida de uma recuperação mediana em 1953, apenas retomando significativamente sua atividade em 1954. Entre 1951 e 1952, teve uma redução de 62%. Entre 1952 e 1953, apresentou apenas um aumento razoável de 28% quando comparado ao do período seguinte, situado entre 1953 e 1954, no qual foi verificado um crescimento da ordem de 118%. Além disso, a importação desse insumo em 1954 acabou superando em 7% a verificada em 1951.



Fonte: RBB 1951 (p. 369), 1952 (p.409), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

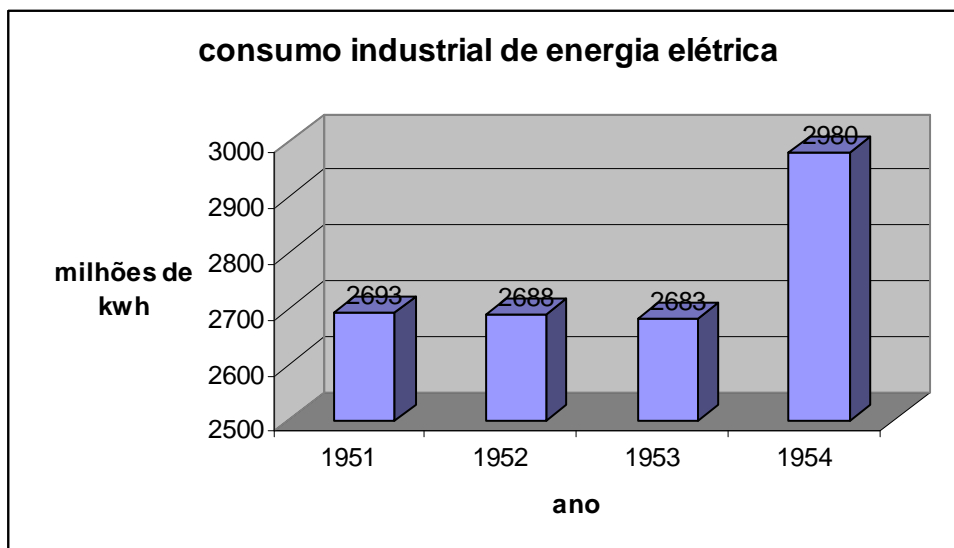
A importação de óleo combustível apresentou uma elevação mediana em 1952, seguida de um aumento pouco expressivo em 1953, apenas apresentando um crescimento mais significativo, quando comparado ao dos anos anteriores, em 1954. Entre 1951 e 1952, teve um aumento de 12%. Entre 1952 e 1953, um crescimento ainda menor de 5%. Somente entre 1953 e 1954, o volume de importações teve um aumento relativamente mais expressivo da ordem de 25%. No final das contas, a importação desse insumo em 1954 superou em 47% a verificada em 1951.



Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Em seguida, é feita a obtenção de alumínio através da eletrólise da alumina. A eletrólise é um processo no qual ocorre a transformação de **energia elétrica** em energia química. Ao longo deste processo, uma corrente elétrica atravessa o sistema, descarregando os íons existentes, e provocando uma reação química (não espontânea) de óxido-redução. Existem dois tipos de eletrólise: realizada em meio aquoso e na ausência de água (ígneas). A eletrólise ígnea é a utilizada na obtenção de alumínio a partir da alumina originada da bauxita.

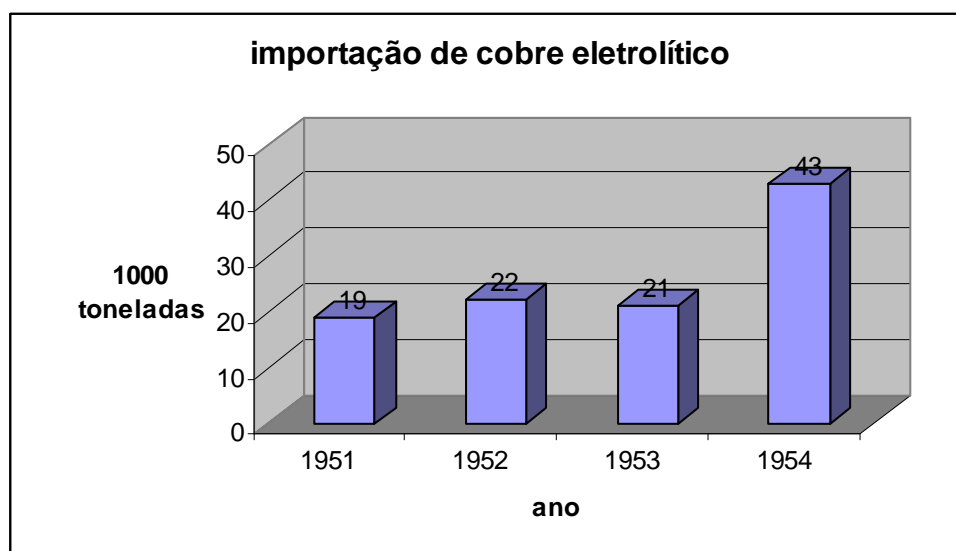
O consumo industrial de energia elétrica apresentou sucessivos decréscimos entre 1951 e 1953, e somente mostrou um retorno de seu crescimento a partir de 1954. Entre 1951 e 1952, sofreu uma redução de 0,2%, e entre 1952 e 1953 uma diminuição da mesma ordem. Apenas em 1954 teve não somente um aumento de 11% com relação ao consumo de 1953 como também um acréscimo de 10,7% com relação ao de 1951.



Fonte: RBB 1958 (p.76)

A eletrólise da alumina é realizada mediante a existência de uma fonte de corrente contínua; de uma cuba eletrolítica, onde se encontra o sistema que sofrerá a eletrólise; e de anodos de carbono revestidos superiormente de **cobre**, revestimento este responsável pelo contato entre a corrente elétrica e o anodo e, portanto, indispensável par a realização do processo eletrolítico.

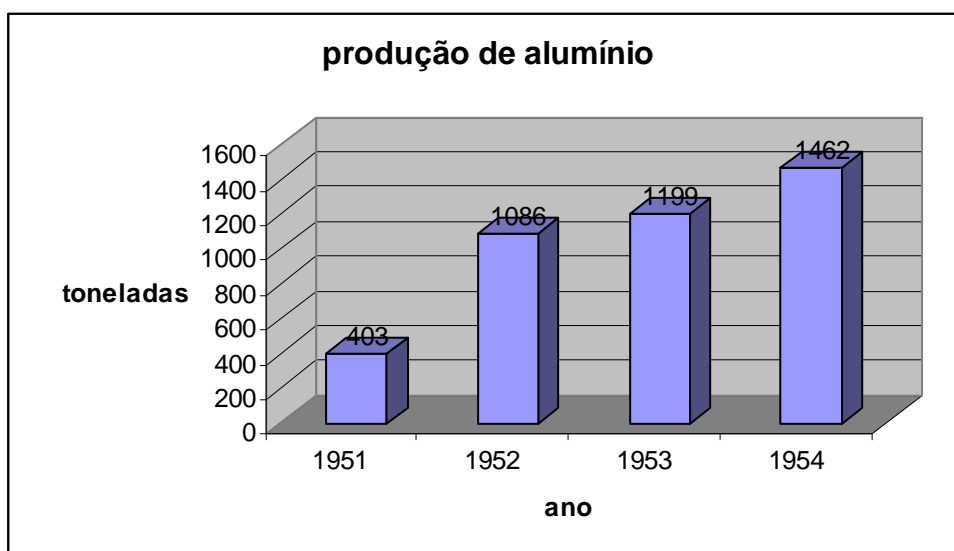
Entre 1951 e 1953, a importação de cobre eletrolítico alternou altas e baixas consideradas pouco expressivas se comparadas ao aumento significativo ocorrido em 1954. Entre 1951 e 1952, teve uma elevação de 16%. Entre 1952 e 1953, sofreu uma redução de 5%. Somente entre 1953 e 1954, o volume de importações teve um aumento significativo da ordem de 105%. Enfim, a importação desse insumo em 1954 acabou superando em 126% a observada em 1951.



Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Uma vez montada essa estrutura, ocorre o processo de obtenção do alumínio em sua forma líquida. A alumina é dissolvida e decomposta em oxigênio. Em seguida, o oxigênio se combina com o anodo de carbono, desprendendo-se na forma de dióxido de carbono e em alumínio líquido, ou alumínio primário, o qual se precipita no fundo da cuba eletrolítica.

O alumínio começou a ser produzido no Brasil a partir de 1951. Entre 1951 e 1952, sua produção apresentou um crescimento expressivo de 169%. Todavia, entre 1952 e 1953 teve um aumento de apenas 10% considerado pouco significativo quando comparado ao do período anterior. Apenas no período seguinte, compreendido entre 1953 e 1954, voltou a dar sinais de que havia se recuperado, apresentando um crescimento de 22% com relação ao período situado entre 1952 e 1953. Enfim, a produção de alumínio em 1954 acabou ficando 262% maior do que a de 1951.



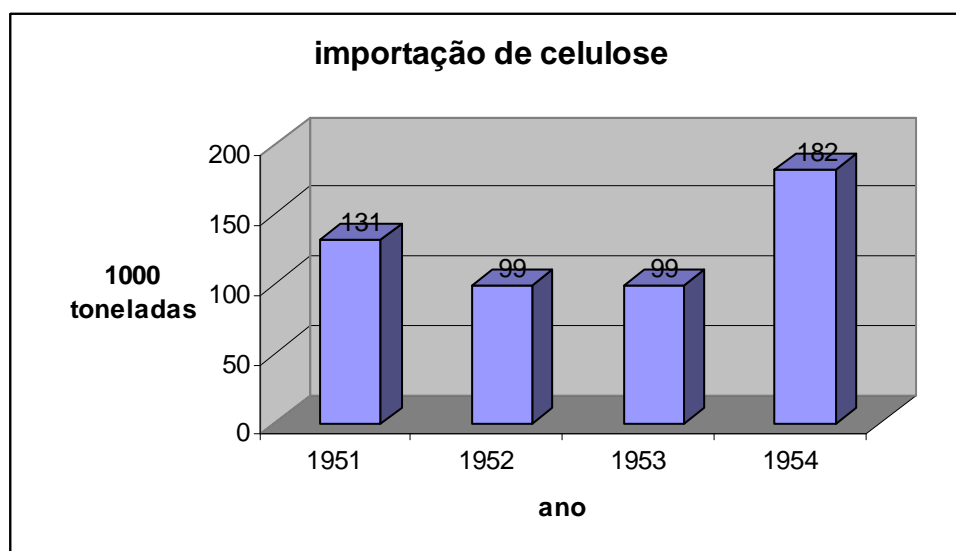
Fonte: RBB 1958 (p. 52)

### III. 5. – A Indústria do Papel

A indústria do papel utiliza como principal matéria- prima à celulose obtida da madeira de árvores específicas existentes na natureza. Grande parte das informações sobre esse assunto foi obtida do site da Aracruz Papel e Celulose.

A **celulose** utilizada na indústria do papel é fornecida pela madeira dura oriunda dos seguintes tipos de árvore: carvalho, álamo, bétula, acácia e eucalipto as quais são escolhidas preferencialmente por apresentarem fibras curtas mais adequadas para a fabricação de papéis em geral.

A importação de celulose sofreu uma redução a partir de 1951 que somente foi recuperada em 1954. Entre 1951 e 1952, esta teve uma diminuição de 24%. Entre 1952 e 1953, não ocorreu variação do nível de importação deste insumo. Apenas entre 1953 e 1954, ocorreu uma recuperação dessa atividade da ordem de 84%. Além disso, o volume de importações desse insumo em 1954 acabou ficando 39% maior do que o de 1951.



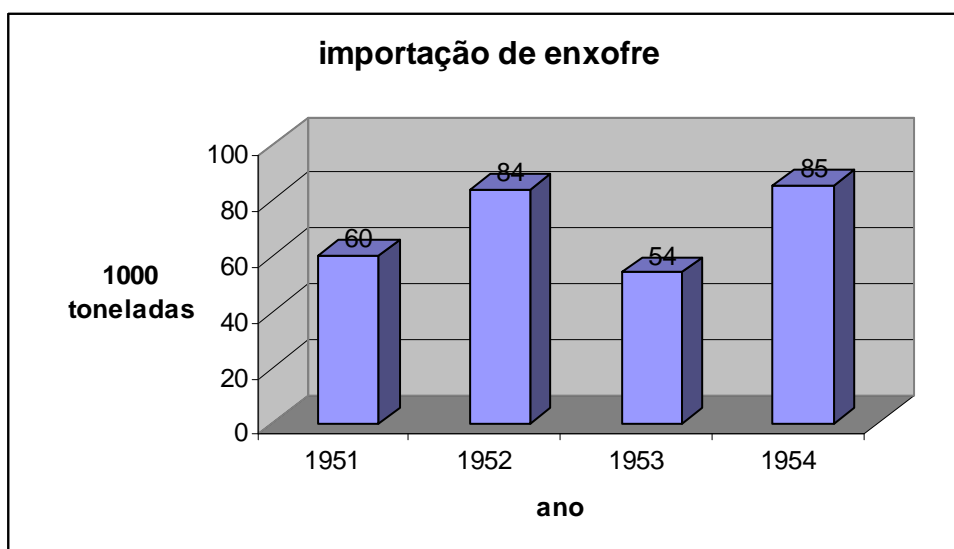
Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Após serem descarregadas nas fábricas, as toras de madeira dura nas quais está contida a celulose são cortadas ao meio e, em seguida, processadas em descascadores de tambor rotativo e picadores onde são transformadas em cavacos.

O passo seguinte consiste na transformação dessa madeira em material fibroso, denominado pasta, polpa ou celulose industrial através do cozimento. Os cavacos são submetidos a uma ação química do licor branco forte composto de soda cáustica e de sulfeto de sódio, um sal constituído de **enxofre**, e do vapor de água fornecido pelas **máquinas a vapor através de geradores conjugados**, em um digestor, com o objetivo de promover a dissociação da lignina existente entre a fibra e a madeira. Ao longo deste processo, a utilização da **barrilha** (carbonato de sódio) é indispensável dado que esta é responsável pelo fornecimento do íon sódico necessário para solubilizar a lignina na fabricação da polpa de celulose. As fibras liberadas são, na verdade, a celulose industrial. Após ser retirada do digestor, já na forma de polpa de celulose, esta pode seguir dois caminhos diferentes.

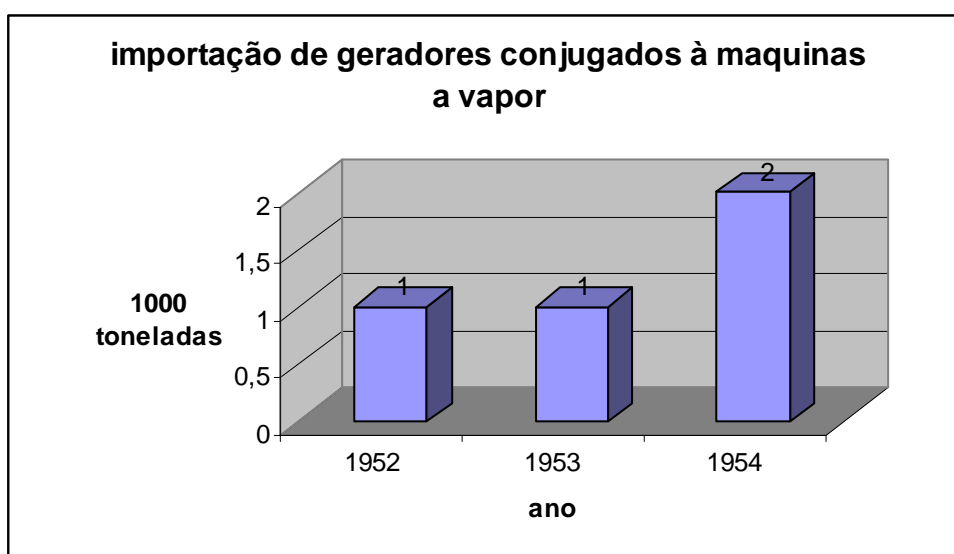
A importação de enxofre intercalou momentos de alta e de baixa durante o período analisado. Entre 1951 e 1952, apresentou uma elevação de 40%. Entre 1952 e 1953, sofreu uma redução de 36%. Entre 1953 e 1954, voltou a apresentar um aumento de seu volume da ordem de 57%. Além disso, a importação desse insumo em 1954 acabou ficando 42% maior do que a verificada em 1951.





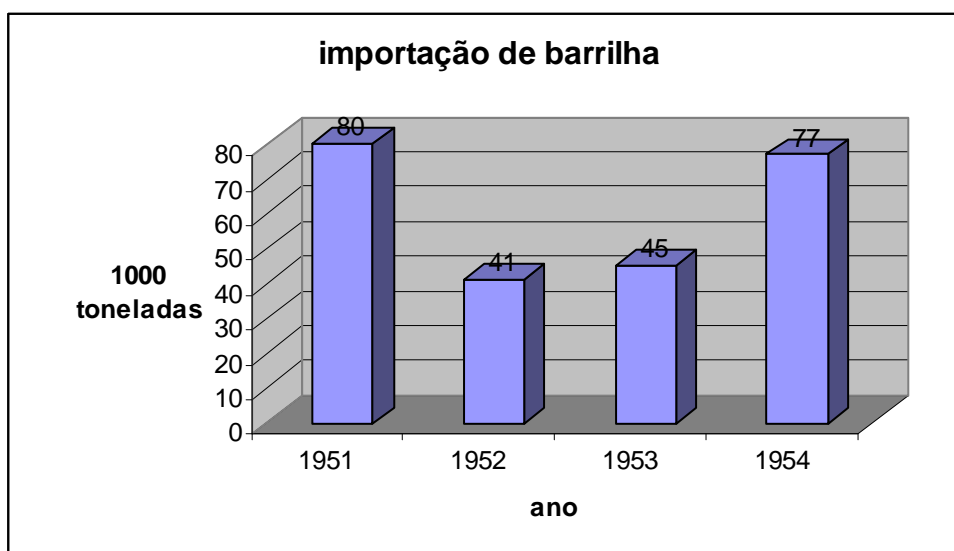
Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

A importação de geradores conjugados a maquinas a vapor se manteve estável entre 1952 e 1953, apenas apresentando uma elevação significativa entre 1953 e 1954. De fato, esse aumento foi da ordem de 100%.



Fonte: RBB 1953 (p.397), 1954 (p.411)

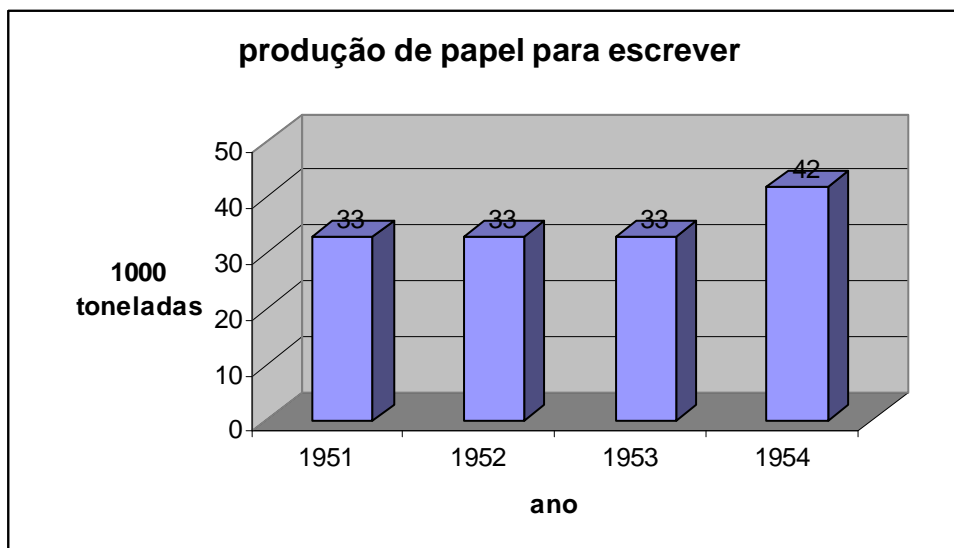
A importação de barrilha sofreu uma forte redução em 1952, seguida de uma fraca recuperação em 1953, somente obtendo uma retomada mais expressiva de sua atividade em 1954. Entre 1951 e 1952, apresentou uma diminuição de 49%. Entre 1952 e 1953, teve um aumento pouco significativo de 10% quando comparado ao período seguinte, compreendido entre 1953 e 1954, no qual foi observado um crescimento da ordem de 71%.



Fonte: RBB 1951 (p.369), 1952 (p.408), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Com relação aos fins industriais da polpa de celulose. No primeiro, continua sendo submetida a outros processos como depuração, lavagem, secagem e, principalmente, branqueamento que é definido como um tratamento que busca melhorar as propriedades de celulose industrial como alvura, limpeza, pureza química, entre outras. Tudo isso é feito com o objetivo de retirar da pasta o excesso de umidade e de impurezas sólidas, assim garantindo a obtenção de uma polpa de alta qualidade. Esse método, conhecido como “Kraft”, ajuda a manter a força inerente às fibras de madeira, assim produzindo uma pasta de celulose adequada especialmente para a fabricação de **papéis de imprimir e escrever**, papéis especiais e papéis sanitários.

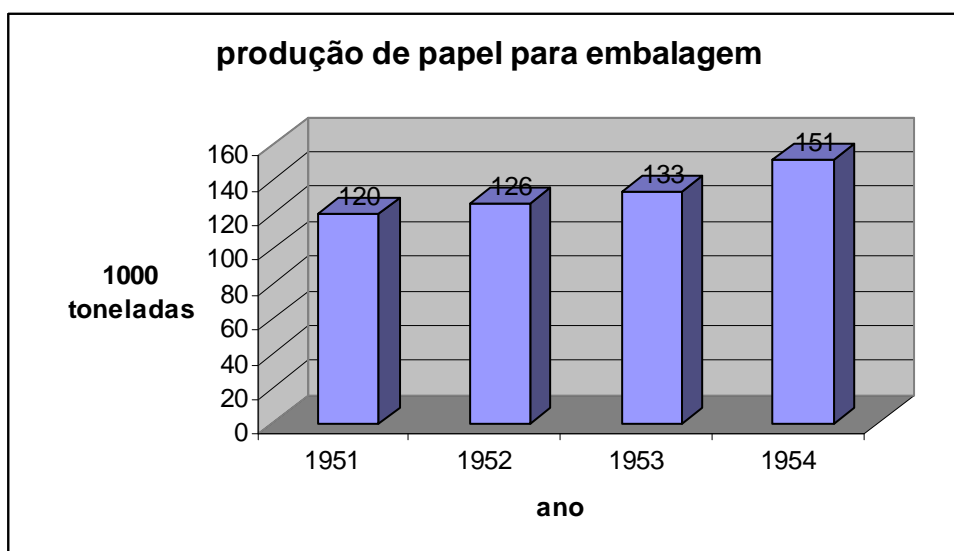
A produção de papel para escrever manteve seu nível de produção estável entre 1951 e 1953. No entanto, teve um salto de 27% em sua atividade entre 1953 e 1954.



Fonte: RBB 1958 (p.57)

No segundo, deixa de se submeter ao processo de branqueamento. Assim, a celulose não branqueada caracterizada pela cor marrom é utilizada na produção de **papéis para embalagem**, embalagens corrugadas e outros materiais de embalagem de papel e papelão.

A produção de papel para embalagem apresentou aumentos pouco expressivos entre 1951 e 1953, apenas apresentando um crescimento mais significativo entre 1953 e 1954. De fato, entre 1951 e 1952, teve um aumento de 5%, entre 1952 e 1953, teve um acréscimo de 6%. Apenas no último período, compreendido entre 1953 e 1954, apresentou um crescimento mais significativo da ordem de 14%. No final das contas, a produção de 1954 acabou ficando 26% maior do que a de 1951.



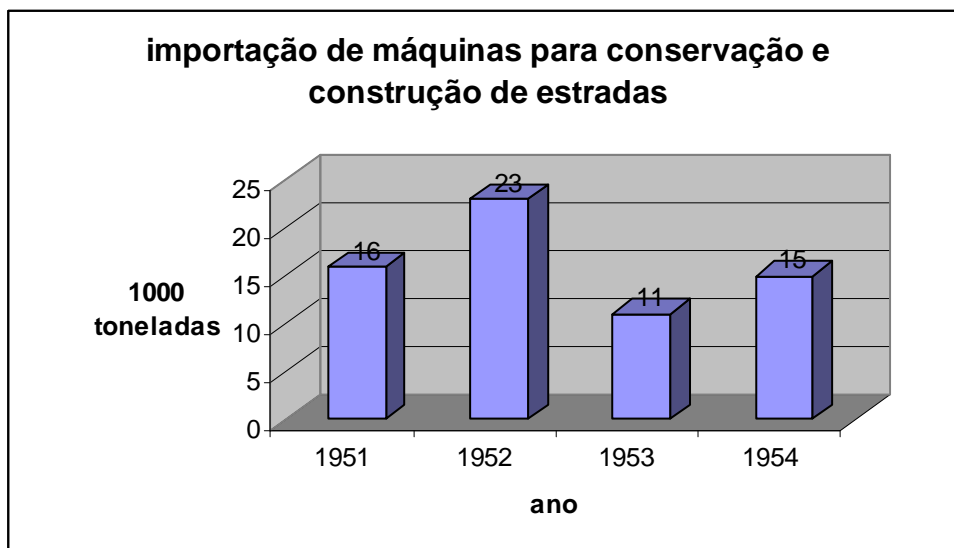
Fonte: RBB 1958 (p.57)

### III. 6 – Pavimentação e Construção de Estradas

As estradas são vias de transporte utilizadas geralmente por veículos automotores como carros, ônibus e caminhões principalmente, as quais são primeiramente construídas, em seguida, pavimentadas com asfalto e, enfim, mantidas conservadas a fim de garantirem o bom funcionamento do tráfego. Grande parte das informações sobre o assunto foi obtida do site da BR Distribuidora.

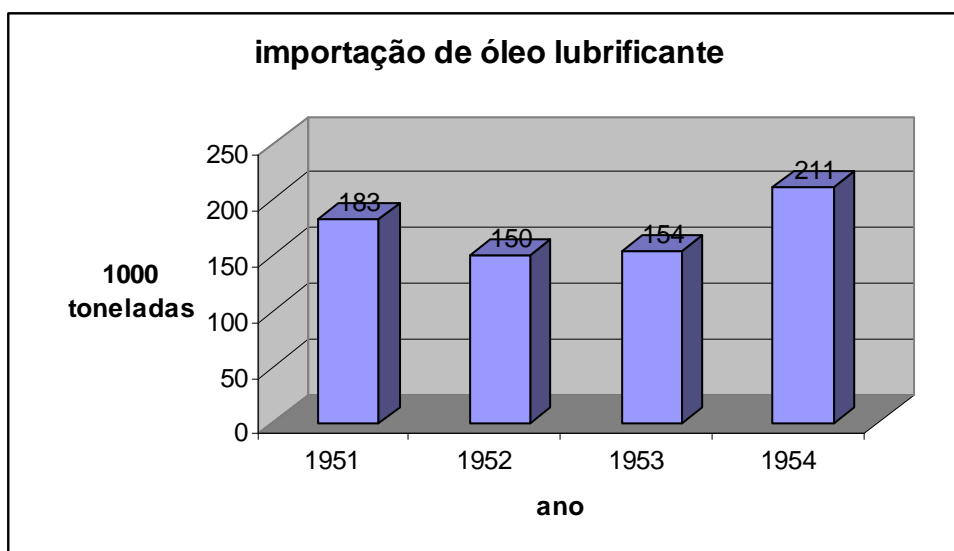
As **máquinas** usualmente utilizadas na **construção e conservação de estradas** são: rolos de estradas, rolos vibradores de estradas, rolos uni ou bilaterais de estradas, máquinas niveladoras e máquinas para colocação de asfalto. Ao mesmo tempo, é recomendada a utilização regular de **óleo lubrificante** nessas máquinas com o objetivo de garantir a manutenção do bom funcionamento destas.

A importação de máquinas para conservação e construção de estradas intercalou momentos de alta e de baixa durante o período analisado. Entre 1951 e 1952, apresentou uma elevação de 44%. Entre 1952 e 1953, sofreu uma redução de 52%. Entre 1953 e 1954, voltou a apresentar um aumento de seu volume da ordem de 36%.



Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.399), 1954 (p.413)

A importação de óleo lubrificante sofreu uma redução em 1952, seguida de um desempenho pouco expressivo em 1953, e somente em 1954 retomou significativamente seu crescimento. Entre 1951 e 1952, teve uma diminuição de 18%. Entre 1952 e 1953, obteve um pequeno acréscimo de 3%. Enquanto que, apenas entre 1953 e 1954, apresentou um crescimento mais expressivo da ordem de 15%. No final das contas, o volume de importações desse insumo em 1954 acabou ficando 15% maior do que o verificado em 1951.



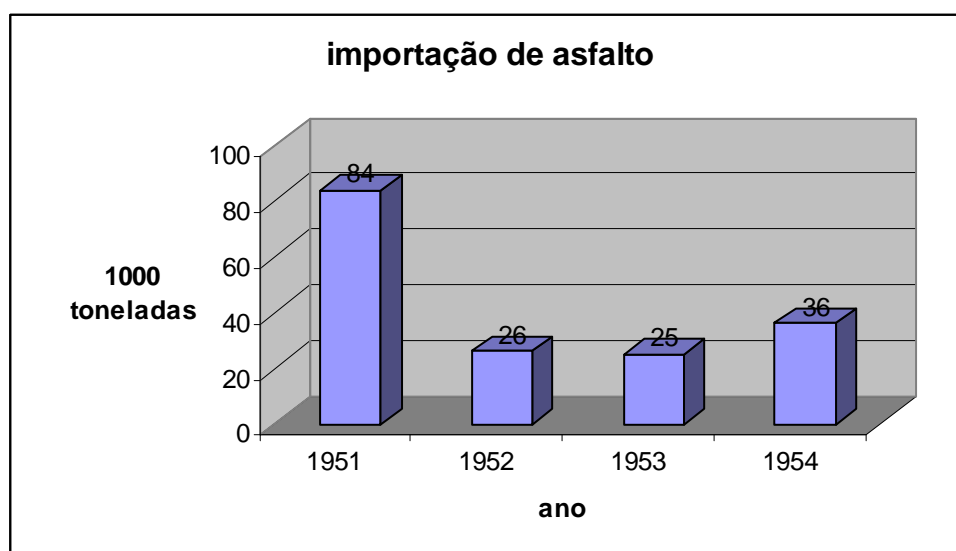
Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.397), 1954 (p. 411)

A obtenção de **asfalto** é feita pela destilação de tipos específicos de petróleo, processo no qual as frações leves como gasolina e diesel são retiradas durante o refino,

de maneira que o produto resultante passa a ser chamado de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP).

O CAP é um material termossensível usado amplamente em trabalhos de pavimentação. Sua utilização é indicada para esse fim porque a mesma apresenta características fundamentais para tal como propriedades aglutinadoras e impermeabilizantes, flexibilidade e alta resistência à ação de grande parte dos ácidos inorgânicos, sais e álcalis. É geralmente utilizado em misturas a quente como os pré-misturados, areia-asfalto e concreto asfáltico.

A importação de asfalto apresentou sucessivas reduções entre 1951 e 1953, somente apresentando uma retomada expressiva de seu crescimento a partir de 1954. Entre 1951 e 1952, sofreu uma drástica redução de 69%. Entre 1952 e 1953, continuou apresentando um decréscimo, embora menor, de 4%. Apenas em 1954 voltou a apresentar um aumento da ordem de 44% com relação ao volume registrado em 1953.

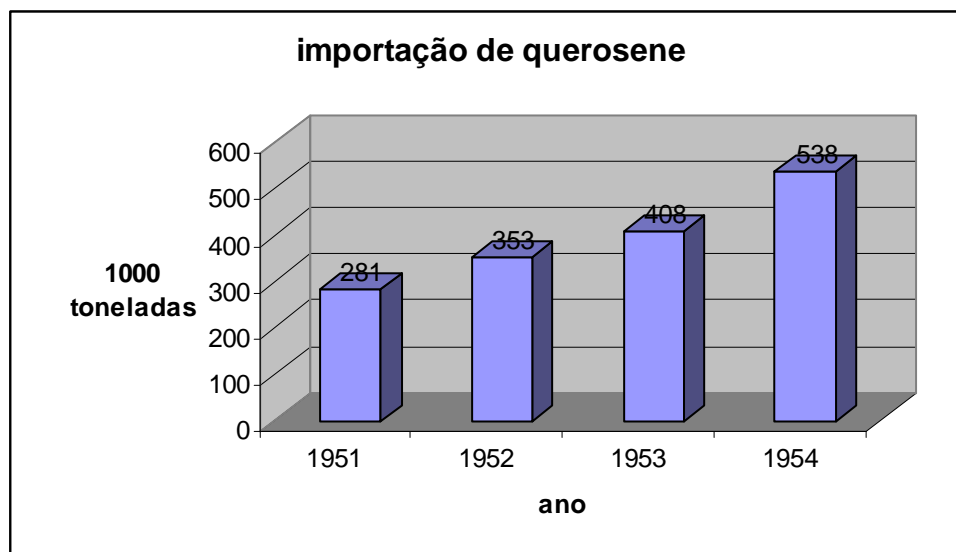


Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Por outro lado, também existem os asfaltos diluídos do petróleo (ADP) os quais são produzidos a partir do CAP e diluentes adequados como, por exemplo, o **querosene**.

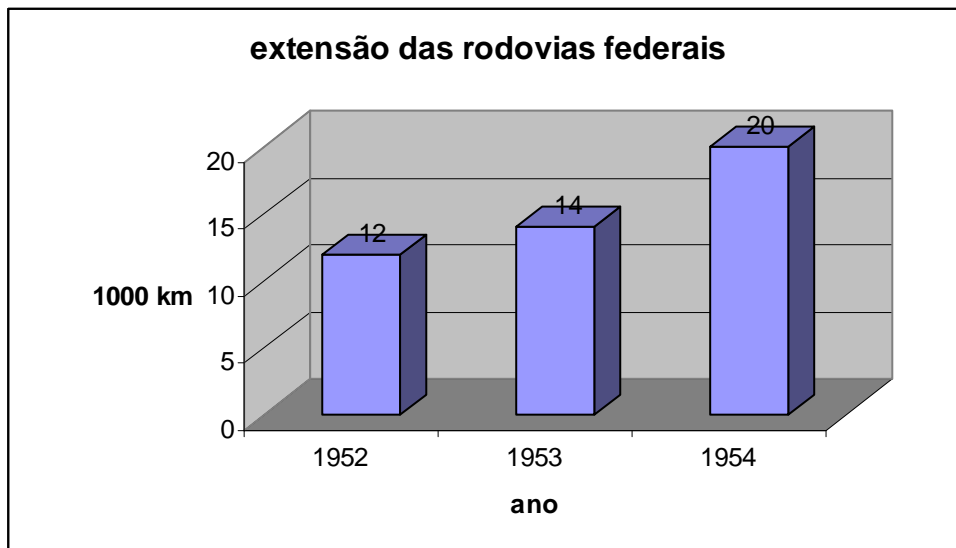
Os ADP`s são utilizados em serviços de pavimentação por penetração e aplicados em temperaturas mais baixas que as geralmente empregadas quando se usa as CAP`s. Os trabalhos que usualmente requerem a utilização de ADP são: macadames betuminosos, imprimação impermeabilizante, tratamentos superficiais e alguns pré-misturados a frio.

A importação de querosene apresentou uma elevação significativa em 1952, seguida de um aumento pouco expressivo em 1953, apenas voltando a apresentar um crescimento mais significativo em 1954 se comparado ao ano imediatamente anterior. Entre 1951 e 1952, teve um aumento de 76%. Entre 1952 e 1953, um crescimento muito menor de 16%. Somente em 1954 o volume de importações teve um aumento relativamente mais expressivo da ordem de 32% com relação ao de 1953. No final das contas, a importação desse insumo em 1954 superou em 168% a verificada em 1951.



Fonte: RBB 1951 (p.368), 1952 (p.407), 1953 (p.396), 1954 (p.410)

Como resultado, a extensão das rodovias federais apresentou um aumento progressivo entre 1952 e 1954. De maneira que o crescimento de 43% do segundo período, compreendido entre 1953 e 1954, acabou sendo mais expressivo do que o de 17% do primeiro, situado entre 1952 e 1953. Além disso, a extensão das estradas federais em 1954 acabou ficando 67% maior do que a verificada em 1952.



Fonte: RBB 1957 (p.70)



## CONCLUSÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 representou o surgimento de novas perspectivas no âmbito econômico para o Brasil. Nesse sentido, é importante destacar o papel desempenhado pelos setores exportadores brasileiros responsáveis, ao longo deste conflito, pelo grande acúmulo de reservas cambiais.

Eurico Gaspar Dutra assumiu o poder em 1946, nessa época, a industrialização ainda tinha um peso pouco significativo para a economia brasileira quando comparada aos demais países centrais. Apoiado na disponibilidade de uma grande quantidade de reservas internacionais, o Governo Dutra resolveu adotar, inicialmente, uma política de liberalismo comercial e cambial. A SUMOC, instituição criada ainda em 1945 e responsável principalmente pelas atribuições relativas à política cambial, desempenhou papel relativamente importante nesse período.

Todavia, essa política econômica liberal fracassou. O excesso de importações gerado pela “ilusão cambial” resultou na escassez de divisas em moedas conversíveis e trouxe, conseqüentemente, não apenas problemas para o balanço de pagamentos como também riscos para a estabilidade dos preços no Brasil.

A fim de contornar essa situação, o Governo Dutra resolveu assumir uma postura mais intervencionista a partir da segunda metade de seu mandato. A política econômica passou a ser mais restritiva e baseada no câmbio fixo e no controle quantitativo das importações. O primeiro princípio, apoiado na manutenção do cruzeiro sobrevalorizado, visava principalmente à estabilidade dos preços e contas externas, ou seja, tinha como principal objetivo a estabilidade econômica. O segundo objetivo almejava um maior controle, em termos quantitativos, sobre as mercadorias importadas classificadas tanto como essenciais (insumos, bens de capital) quanto não essenciais (supérfluos), através do sistema de licença prévia o qual ficava a cargo da CEXIM e da COCIE.

Getúlio Vargas foi o sucessor de Dutra a partir de 1951. O Segundo Governo Vargas (1951-1954) retomou a política nacional desenvolvimentista empreendida ao longo de seu primeiro governo. O segundo mandato Varguista significou a volta do intervencionismo estatal, a união entre Estados, burocracia e industriais em prol do crescimento econômico brasileiro, além de uma articulação entre Vargas e a classe industrial em favor do estímulo ao desenvolvimento industrial interno através, principalmente, da política cambial.

No entanto, a primeira metade desse segundo mandato Vargas foi caracterizada pelos manifestos de insatisfação por parte dos industriais. Eles afirmavam que as “heranças” do Governo Dutra como o cruzeiro sobrevalorizado e o controle quantitativo sobre as importações acabavam surtindo mais efeitos negativos do que positivos sobre a indústria brasileira. Segundo eles, desde a implantação destas ainda no governo precedente, o critério da essencialidade que privilegiava a importação de máquinas e demais insumos industriais voltados para o aumento da produção industrial constituía prioridade na concessão de licenças de importação apenas nos momentos nos quais eram constatados problema no balanço de pagamentos.

Por outro lado, em momentos nos quais isto não era constatado, o critério da essencialidade não era levado tão fortemente em consideração e, conseqüentemente, a CEXIM e a COCIE, os órgãos responsáveis pela concessão das licenças assumiam uma postura mais liberal nesse sentido. Essa posição mais “frouxa” dessas autoridades permitia o aumento das importações de produtos similares aos produzidos internamente a preços mais baixos, assim prejudicando o desempenho das indústrias brasileiras.

O controle quantitativo de importações, em si, feito pela CEXIM e COCIE acabou se mostrando ineficaz. Isso pode ser explicado pelo fato de, desde 1951 quando começou a Guerra da Coréia, muitos industriais terem utilizado desse subterfúgio para justificar um maior número de pedidos de concessões de licenças para importação de insumos e bens de capital por parte dessas autoridades, independente ou não da existência de problemas no balanço de pagamentos. Entretanto, isso acabou contribuindo como um dos fatores que resultaram na eclosão da Crise de 1953 a qual significou, assim como em 1947, uma situação de escassez de divisas impossibilitando, entre outras coisas, a importação de matérias-primas e máquinas para a manutenção da produção industrial.

Por conta disso, ainda em 1953, após se reunirem e discutirem os problemas apresentados, a classe industrial e as autoridades governamentais concluíram que a política econômica vigente, baseada no cruzeiro sobrevalorizado e no controle quantitativo de importações, no final das contas, era incapaz de atingir seus objetivos de promover o equilíbrio do balanço de pagamentos e, principalmente, estimular o desenvolvimento industrial interno.

Assim, a solução encontrada por ambos foi a utilização da política cambial como principal instrumento de estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro através da instituição da Instrução 70 da SUMOC. Através desta, foi extinto o sistema de licença

prévia baseado no controle quantitativo das importações que passaram a ser classificadas em cinco categorias distintas com taxas de câmbio também diferentes determinadas segundo seu grau de essencialidade. Esse critério barateava as importações consideradas essenciais e encarecia aquelas classificadas como não essenciais.

Em função disso, ao longo do ano de 1954, último ano do Segundo Governo Vargas, quatro indústrias brasileiras (aço, alumínio, papel, pavimentação e construção de estradas) foram significativamente beneficiadas tanto na importação de insumos e bens de capital quanto na produção de bens originados da utilização destes. Esse não é um número mínimo nem máximo, mas é o número de indústrias as quais pôde ser constatado isso a partir das análises feitas por este trabalho partindo dos dados fornecidos pelos Relatórios do Banco do Brasil dos anos de 1951 até 1958 sobre comércio exterior e produção industrial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAL. O alumínio: alumínio primário. Disponível em <[http://www.abal.org.br/aluminio/producao\\_alupri.asp](http://www.abal.org.br/aluminio/producao_alupri.asp)>. Acessado em 24 jan. 2009.
- ABREU, A.A, Beloch, I. et. alii. (coord.) Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro. Pós- 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV/CPDOC, 2001
- ALCOA. Como o alumínio é feito? Disponível em <[http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom\\_page/about\\_made.asp](http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/about_made.asp)>. Acessado em 14 jan. 2009.
- ALL BIZ. Máquinas de construção de estradas. Disponível em <<http://www.md.all-biz.info/pt/buy/goods/?rubric=1343>>. Acessado em 2 fev. 2009.
- ALL BIZ. Máquinas metalúrgicas e equipamentos. Disponível em <<http://www.by.all-biz.info/pt/buy/goods/?rubric=1287>>. Acessado em 19 jan. 2009.
- ARACRUZ. Mercado global de celulose. Disponível em <[http://www.aracruz.com.br/show\\_inv.do?act=stcNews&menu=true&orig=fin&lastRoot=34&id=73&lang=1](http://www.aracruz.com.br/show_inv.do?act=stcNews&menu=true&orig=fin&lastRoot=34&id=73&lang=1)>. Acessado em 25 jan. 2009.
- ARACRUZ. Processo de produção de celulose. Disponível em <[http://www.aracruz.com.br/show\\_prd.do?act=stcNews&menu=true&lastRoot=16&id=110&lang=1](http://www.aracruz.com.br/show_prd.do?act=stcNews&menu=true&lastRoot=16&id=110&lang=1)>. Acessado em 25 jan. 2009.
- BANCO DO BRASIL S.A. Relatórios de 1951-1958. (Apresentação para assembléia geral ordinária dos acionistas, Distrito Federal, 1951-1958)
- BR PERTOBRÁS DISTRIBUIDORA. Produtos asfálticos – ADP e CAP. Disponível em <<http://www.br.com.br/wps/portal/PortalDeConteudo>>. Acessado em 29 jan. 2009.
- EDALBRÁS. Produtos químicos – barrilha. Disponível em <<http://www.edalbras.com.br/>>. Acessado em 26 jan. 2009.
- LEITE; E. L. A Política Brasileira de Comércio Exterior: A Antiga e a Nova Ortodoxia- Confronto entre Doutrinas e mecanismos de ação. Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Economia).
- FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989; cap. 6, pp.354-402.
- GIAMBIAGI, Fabio et alii (coord.) Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro. 2005
- INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Processo siderúrgico. Disponível em <[http://www.ibs.org.br/siderurgia\\_processo\\_siderurgico.asp](http://www.ibs.org.br/siderurgia_processo_siderurgico.asp)>. Acessado em 17 jan. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Usos do aço, etapas de produção. Disponível em <[http://www.ibs.org.br/siderurgia\\_usos\\_producao.asp](http://www.ibs.org.br/siderurgia_usos_producao.asp)>. Acessado em 15 jan. 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Angela de Castro (org.) Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, pp. 161-203

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e interesses. As Associações Industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000

MALAN, Pedro S. et. Alii. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1930-1952). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.

METALICA. Proteção contra corrosão. Disponível em <[http://www.metallica.com.br/pg\\_dinamica/bin/pg\\_dinamica.php?id\\_pag=159](http://www.metallica.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=159)>. Acessado em 12 jan. 2009.

PATENTESONLINE. Suporte para reter fixamente anodos de carbono em células para produção eletrolítica do alumínio. Disponível em <<http://www.patentesonline.com.br/suporte-para-reter-fixamente-anodos-de-carbono-em-celulas-para-a-producao-eletrolitica-122098.html>>. Acessado em 16 jan. 2009.

SARETTA, Fausto. Crescimento e política econômica no governo Dutra. Estudos Econômicos. São Paulo, 25(3): 415-431, set/dez.; 1995

SCRIBD. Química – Aula 19 – Eletrólise. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/3395681/Quimica-Aula-19-Eletrolise>>. Acessado em 22 jan. 2009.

VIANNA, Sérgio Besserman. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas. Rio de Janeiro: BNDES, 1987

## ANEXO

### BALANÇO DE PAGAMENTOS 1953/54 EM US\$ MILHÕES

	1953	1954
Exportações (FOB)	1539	1562
Importações (FOB)	-1145	-1415
Balança Comercial	395	147
Serviços Não Fatores	-227	-243
Serviços Fatores	-166	-135
Balanço Serviços	-393	-378
Transferências (Líquidas)	-14	-5
Saldo Conta Corrente	-12	-236
Investimentos Diretos	60	51
Empréstimos e Financiamentos	37	-29
Empréstimos de Regularização	486	200
Demais Operações	-542	14
Conta de Capitais	41	236
Erros e Omissões	-69	11
Balanço de Pagamentos	-40	11

Fonte: Economia Brasileira Contemporânea

